

**SILVIA DE PAULA NOGUEIRA**



# PUC

**DEPARTAMENTO DE DIREITO**

---

**A EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO  
EMPREGADOR PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL  
POR CONTA DE ACIDENTES DO TRABALHO**

**por**

**SILVIA DE PAULA NOGUEIRA**

**ORIENTADOR(A): Juliana Bracks Duarte**

**2008.2**

---

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO – BRASIL

# **A EXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL POR CONTA DE ACIDENTES DO TRABALHO**

**por**

**SILVIA DE PAULA NOGUEIRA**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Direito da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio de  
Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do  
Título de Bacharel em Direito.

Orientador(a): Juliana Bracks Duarte

**2008.2**

*“Nossa maior vitória não está em jamais cair,  
mas em levantar a cada queda.”*

Confúcio

*“Quando uma criatura desperta para um grande  
sonho e sobre ele lança toda a força de sua alma,  
todo universo conspira a seu favor.”*

Goethe

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente queria agradecer a Deus por ter me dado a vida e saúde para eu chegar até aqui.

Agradeço a meus pais, José Firmino e Célia, por serem os melhores pais do mundo. Tudo o que sou devo a eles. Obrigada por serem exemplo de caráter, dignidade e perseverança. Meu amor por vocês é o mais indescritível que alguém pode sentir na vida.

À minha irmã, pela paciência, carinho e por me aceitar como sou, dentre qualidades e defeitos.

Ao meu namorado Felipe, por ser o ser humano mais puro, o mais sereno, o mais belo. Obrigada pelas doses cavaleares de paciência, bom-humor e tranquilidade.

Ao meu amigo Procurador Federal Ricardo Marques de Almeida, pela ajuda quanto a escolha do tema. Você quem deu o primeiro passo para este estudo! Muito obrigada!

À minha professora-orientadora Juliana Duarte, por aceitar esse desafio, me dando muita força, e não me deixando desanimar nunca. Agradeço aos seus ensinamentos e saiba que te admiro muito.

À Procuradora Federal do INSS Eneida Maria dos Santos, por ter aberto as portas da procuradoria para mim, valorizando meu trabalho de campo e me dando suporte para chegar à procuradora que mencionarei abaixo.

À Procuradora Maria de Fátima Knaippe Dibe, por ter me recebido semanalmente em sua sala, me dando atenção, ensinamentos e demonstrando profundo interesse em minha monografia. Posso dizer que a senhora foi a grande responsável por este trabalho. Obrigada pelas lições jurídicas e de vida. Você é uma grande batalhadora e que para sempre irei admirar.

Ao querido professor João Batista Berthier, por ser o responsável pela minha estima ao Direito do Trabalho, fruto de suas brilhantes aulas. Agradeço também aos conselhos quanto ao desenvolvimento do tema escolhido.

Ao professor Job Gomes, por me receber de braços abertos no NPJ, sempre interessado nesse meu desafio e me ajudando nessa “aventura”, como ele mesmo disse, por se tratar de um tema pouco explorado.

Agradeço à Delegacia Regional do Trabalho, por me fornecer os Anuários Estatísticos da Previdência Social, que foram imprescindíveis para a elaboração do capítulo de estatísticas dos acidentes do trabalho.

Às minhas amigas, aquelas poucas e boas, que posso contar nos dedos, muito obrigada pelo carinho, lealdade e companheirismo. Amizade é um dom divino.

À minha grande amiga Laura, por ser o maior presente que a PUC-Rio me deu, se tornando meu braço direito nessa longa jornada. Obrigada por sempre confiar em mim, sempre acreditar no meu potencial, até nos momentos que eu mesma duvidava que fosse capaz. Você vai longe e eu tenho muito orgulho de ser sua amiga!

A todos que trabalham comigo em Furnas, principalmente, as estagiárias, obrigada pela paciência e atenção para com esta monografia. Agradeço o interesse de vocês em me ajudar, mesmo diante de vários editais para analisar!

A todos professores desta casa, que contribuíram para minha formação, meus sinceros agradecimentos! Tenho muito orgulho de ser uma filha da Puc! Foi um prazer estudar aqui.

## **RESUMO**

Busca-se, por meio desta monografia, tecer um breve apanhado de questões relativas à propositura de ação regressiva, por parte do Instituto Nacional do Seguro Social, inserta no artigo 120 da Lei n.º 8.213/91, em face do empregador sob o fundamento do descumprimento das normas de segurança de proteção do trabalhador.

Em uma perspectiva histórica, a pesquisa se inicia com os acidentes do trabalho no séc. IV e vai até os dias atuais, de modo a demonstrar que os empregadores não estão dando o devido valor à vida humana.

Os acidentes do trabalho acontecem aos milhares, em grande parte com óbitos, e o INSS, por força da lei que ampara os contribuintes/ beneficiários, acaba assumindo o ônus de pagamento de benefício por incapacidade.

Contudo, nesses casos em que o acidente acontece pela falta de equipamentos de segurança, é a empresa, na qual ocorreu o acidente, responsável por este em face da sua omissão, vez que não cumpriu a lei, não fornecendo e não obrigando os trabalhadores ao seu uso.

Neste exato momento entra o interesse deste trabalho, mostrar que o INSS pode e deve ir em busca da indenização para recompor os cofres públicos e acabar por prevenir ocorrências de novos acidentes.

A vida tem que ser preservada e se não está havendo prevenção, que então se remedie.

**Palavras-chave:** Acidente do Trabalho – Responsabilidade do Empregador – Ação Regressiva – Prevenção de Acidentes do Trabalho – Interesse Público – Ressarcimento do Erário



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
(Direito do Trabalho x Direito Previdenciário)	
CAPÍTULO 1	
UM BREVE HISTÓRICO DO ACIDENTE DO TRABALHO	
1.1 História da Segurança do Trabalho.....	12
1.2. Legislação no Brasil acerca de Acidente do Trabalho.....	16
CAPÍTULO 2	
ACIDENTE DO TRABALHO NO SÉC. XXI	
2.1. Conceito de Acidente do Trabalho e Caracterização.....	25
2.1.1. Comunicação do Acidente (CAT).....	29
2.2. SAT/RAT.....	31
2.3. FAP.....	35
2.4. NTEP.....	38
2.5. Estatísticas.....	47
CAPÍTULO 3	
AÇÃO REGRESSIVA COM FULCRO NO ART. 120 DA LEI 8213/91	
3.1 Conceito e Aplicação.....	59
3.2 JURISPRUDÊNCIA.....	67
3.3 Conclusão.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	98
ANEXO .....	99

## **Lista de Abreviações**

AEPS => Anuário Estatístico da Previdência Social

AGU => Advocacia Geral da União

APS => Agência da Previdência Social

Art. => Artigo

CAT => Comunicação de Acidente do Trabalho

CC => Código Civil

CF => Constituição Federal

CID => Classificação Internacional de Doenças

CIST=> Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador

CLT => Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAE => Classificação Nacional de Atividades Econômicas

DRT => Delegacia Regional do Trabalho

Ed. => Edição

FAP => Fator Acidentário de Prevenção

FGTS => Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

INSS => Instituto Nacional do Seguro Social

NCC => Novo Código Civil

NTEP => Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário

NTP => Nexo Técnico Previdenciário

OIT => Organização Internacional do Trabalho

P. => Página

Pág. => Página

PFE => Procuradoria Federal Especializada

PGF => Procuradoria Geral Federal

PSF => Procuradoria Seccional Federal

RAT => Risco Ambiental do Trabalho

SAT => Seguro de Acidente do Trabalho

TRF => Tribunal Regional Federal

# INTRODUÇÃO

## Direito do Trabalho x Direito Previdenciário

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para o Direito Previdenciário. Até a criação da mesma, alguns autores entendiam que a vertente previdenciária da Seguridade Social fazia parte do Direito do Trabalho. Duas teorias eram adotadas à época.

A Teoria Monista colocava a Previdência Social no âmbito do Direito do Trabalho, como simples apêndice deste último. Essa corrente era defendida pela divisão do Direito do Trabalho em: Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho, Direito Tutelar do Trabalho ou Direito Administrativo do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Previdência Social.

A Teoria Dualista defendia a autonomia do Direito Previdenciário e mostrava como esse novo ramo do direito não se confundia com o Direito do Trabalho.

Atualmente se reconhece a autonomia do Direito Previdenciário em razão da existência normas, princípios e institutos específicos, assim como objeto e métodos próprios reunindo, enfim, os requisitos necessários a sua individualização como ramo autônomo do Direito.

Um ramo jurídico é autônomo, independente, quando cumpre as seguintes características: autonomia científica (institutos, técnicas, praxes e procedimentos particulares); liberdade legislativa; separação didática (doutrina, bibliografia, cursos, periódicos especializados); princípios consagrados; justiça especializada; objeto próprio (disciplinar a Previdência Social) e sujeitos distintos (contribuintes, beneficiários - segurados e dependentes e órgão gestor).

Com a entrada em vigor da CF de 1988, no seu art. 194, foi consagrado o Direito da Seguridade Social como gênero que engloba a Previdência Social,

a Assistência Social e a Saúde. A partir desse momento se estabeleceu a independência do Direito da Seguridade Social, porém o mesmo se utiliza de conceitos oriundos do Direito do Trabalho, como por exemplo o de empregador (art. 2º da CLT) e empregado (art. 3º da CLT). A legislação trabalhista também é de extrema utilidade, como a Lei 5.859, na qual o conceito de empregado doméstico é aplicado no Direito Previdenciário.

A Constituição inovou concebendo a previdência e a assistência social como integrantes da Seguridade Social, desvinculando a ordem social da ordem econômica. O Art. 59 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Provisórias), determinou que o Congresso estabelecesse leis de custeio e de benefícios relativos à organização da Seguridade Social.

*Art. 194 CF - A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

*Art 59 ADCT - Os projetos de lei relativos à organização da seguridade social e aos planos de custeio e de benefício serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los.*

O termo Previdência vem do latim *pre vider*, que significa ver com antecipação as contingências sociais e procurar compô-las.

A Previdência Social cuida exclusivamente do trabalhador que recolhe a contribuição social. É o sistema pelo qual, mediante contribuição, as pessoas vinculadas a algum tipo de atividade laborativa e seus dependentes econômicos ficam resguardados quanto a eventos de infortunistica (morte, invalidez, idade avançada, doença, acidente de trabalho, desemprego involuntário), ou outros

que a lei considera que exijam um amparo financeiro ao indivíduo (maternidade, prole, reclusão), mediante prestações pecuniárias (benefícios previdenciários) ou serviços.

Por outro lado, a Seguridade Social se preocupa com todos os cidadãos. Ela abrange tanto a Previdência Social como a Assistência Social (prestações pecuniárias ou serviços prestados a pessoas alijadas de qualquer atividade laborativa) e a Saúde Pública (fornecimento de assistência médico-hospitalar, tratamento e medicação), e estes dois últimos sendo prestações do Estado devidas independentemente de quaisquer contribuições pecuniárias.

Com esteio nas normas constitucional e legal, a solidariedade social é a expressão do reconhecimento das desigualdades existentes na sociedade e o deslocamento físico, espontâneo ou forçado pela norma jurídica, de rendas ou riquezas criadas pela totalidade, de uma para outra parcela de indivíduos que contribuem. O princípio da solidariedade se traduz na contribuição pecuniária de uns em favor de outros beneficiários, conforme a capacidade contributiva. Consiste, pois, na contribuição da maioria em benefício da minoria representada pelos trabalhadores ativos em prol dos inativos.

## CAPÍTULO 1

### UM BREVE HISTÓRICO DO ACIDENTE DO TRABALHO

#### 1.1. HISTÓRIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO

No **Século IV** Aristóteles (384-322 a.C.) cuidou do atendimento e prevenção das enfermidades dos trabalhadores nos ambientes das minas. Platão (428/27-347 a.C.) constatou e apresentou enfermidades específicas do esqueleto que acometiam determinados trabalhadores no exercício de suas profissões. Plínio (23-79 d.C.) publicou a História Natural, onde pela primeira vez foram tratados temas referentes à Segurança do trabalho. Discorreu sobre o chumbo, mercúrio e poeiras. Menciona o uso de máscaras pelos trabalhadores dessas atividades. Hipócrates (460-375 a.C.) revelou a origem das doenças profissionais que acometiam os trabalhadores nas minas de estanho. Galeno (129-201 a.C.) preocupou-se com o saturnismo<sup>1</sup>.

No **Século XIII** Avicena (908-1037) também alertou sobre o saturnismo e indicou-o como causa das cólicas provocadas pelo trabalho em pinturas que usavam tinta a base de chumbo.

No **Século XV** Ulrich Ellembog editou uma série de publicações em que preconizava medidas de higiene do trabalho.

No **Século XVI** Paracelso (1493-1541) divulgou estudos relativos às infecções dos mineiros do Tirol. Na Europa foram criadas corporações de ofício que organizaram e protegeram os interesses dos artífices que representavam.

Em 1601 na Inglaterra foi criada a Lei dos Pobres.

Em 1606 Rei Carlos II (1630-1685) em virtude do grande incêndio de Londres foi proclamado de que as novas casas fossem construídas com paredes de pedras ou tijolos e a largura das ruas fosse aumentada de modo a dificultar a propagação do fogo.

---

<sup>1</sup> O saturnismo ou plumbismo é o nome dado à intoxicação pelo chumbo.

Em 1700 Bernardino Ramazzini (1633- 1714) publica sua obra clássica "De Morbis Artificum Diatriba" (As Doenças dos Trabalhadores). Ele é considerado o pai da Medicina do Trabalho, pois foi o primeiro a identificar as principais causas de doença e de sofrimento entre os trabalhadores que desempenhavam trabalhos repetitivos. Dentre essas causas podemos citar a vida sedentária, o contínuo movimento da mão e a atenção mental. Ramazzini descreve as doenças específicas dos escribas e notários<sup>2</sup>, duas categorias profissionais que se destacavam, pois além dessas atividades serem pouco comuns com as desempenhadas pela maioria dos trabalhadores da época, estavam em extinção com o advento da indústria tipográfica. Eles eram reconhecidos pela arte de escrever com velocidade. Nesta fase, o mundo do trabalho se caracterizava pela utilização da força humana como força de energia, e o trabalho desenvolvido em jornadas longas, implicava em grande esforço físico, gastos de calorias elevados e variedade de movimentos. O resultado se caracterizava por grande desgaste que aliava a desnutrição e as doenças infecto-contagiosas com acidentes do trabalho graves e muitas vezes fatais.

Em 1760 a grande Revolução Industrial teve início na Inglaterra, com a mecanização dos sistemas de produção. Enquanto na Idade Média o artesanato era a forma de produzir mais utilizada, na Idade Moderna tudo mudou. A burguesia industrial, ávida por maiores lucros, menores custos e produção acelerada, buscou alternativas para melhorar a produção de mercadorias. Houve então a substituição do trabalho manual pelo uso de máquinas, que causaram os primeiros acidentes de trabalho. O tear e a máquina a vapor eram os principais causadores. A partir desse momento começa a haver preocupação

---

<sup>2</sup> O escriba ou escrivão era a pessoa na que dominava a escrita e a usava para, a mando do regente, redigir as normas do povo daquela região ou de uma determinada religião. O notário é o tabelião de hoje.

com o acidentado. Verificava-se que o acidentado no trabalho não conseguia nova colocação em outras empresas, ficando totalmente desprotegido.

Em 1802 na Inglaterra houve a substituição das Leis dos Pobres pela Lei das Fábricas.

Em 1844 – 1848 na Inglaterra teve a aprovação das primeiras Leis de Segurança no Trabalho e Saúde Pública, regulamentando os problemas de saúde e de doenças profissionais.

Em 1862 na França ocorreu a regulamentação da higiene e segurança no trabalho.

Em 1865 na Alemanha foi criada a Lei de indenização obrigatória aos trabalhadores, que responsabiliza o empregador pelo pagamento de acidentes.

Em 1883 Emílio Muller fundou em Paris a Associação de Indústrias contra os acidentes de trabalho.

Em 1884 na Alemanha, por intermédio de Bismarck, incorpora-se algumas idéias do socialismo, criando a Lei do Seguro Doença e Lei do Acidente do Trabalho, que teve grande repercussão em outros países da Europa. Havia a assistência médica e farmacêutica. Determinava-se o pagamento de um valor pecuniário para compensar o fato de que o empregado iria ficar sem receber salário, assim como assegurava-se o auxílio-funeral, caso ocorresse o acidente fatal. O empregado recebia uma prestação correspondente a 100% de seu salário enquanto durasse a incapacidade. Pagava-se pensão em caso de morte. Em um primeiro momento o seguro era feito mutuamente e depois garantido pelo Tesouro alemão. A lei era aplicada apenas às indústrias que tinham atividades perigosas, estabelecendo-se também um sistema de normas de segurança do trabalho.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 394.



Em 1897 na Inglaterra após o incêndio de Cripplegate, foi fundado o Comitê Britânico de Prevenção e iniciou-se uma série de pesquisas relativas a materiais aplicados em construções. Na França, após a catástrofe do Bazar da Caridade, foram dadas maiores atenções aos problemas de incêndios.

Em 1903 nos EUA foi promulgada a primeira Lei sobre indenização aos trabalhadores, limitada ao empregador e aos trabalhadores federais.

Em 1919 - Tratado de Versalhes - Criação da Organização Internacional do Trabalho (**OIT**), com sede em Genebra, que substitui a Associação Internacional de Proteção Legal ao Trabalhador.

Em 1921 nos EUA, foram estendidos os benefícios da Lei de 1903 a todos os trabalhadores através da Lei Federal. No âmbito da OIT temos a Convenção nº 12 sobre reparação de acidentes do trabalho na agricultura.

Em 1925 foi criada a Convenção nº 17 (OIT) sobre indenizações em caso de morte ou incapacidade permanente, pagos sob a forma de renda e a Convenção nº 18, versando sobre reparação de doenças profissionais e assim por diante.

Em 1927, na França, foram iniciados estudos laboratoriais relacionados com a inflamabilidade dos materiais e estabeleceram-se os primeiros regulamentos específicos que adotaram medidas e precauções a serem tomadas nos locais de trabalho e nos locais de uso prático.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Muitas das informações deste sub-capítulo foram baseadas no site [http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual\\_seg\\_hosp.htm](http://www.anvisa.gov.br/servicosaude/manuais/manual_seg_hosp.htm) do Ministério da Saúde.

## 1.2. Legislação no Brasil acerca de Acidente do Trabalho

O Código Comercial Brasileiro de 1850 foi o primeiro diploma legal a dar uma orientação geral sobre o acidente do trabalho. No seu artigo 79 havia previsão da manutenção dos salários por 3 (três) meses contínuos por acidentes imprevistos e inculpadados.

*Art. 79 - Os acidentes imprevistos e inculpadados, que impedirem aos prepostos o exercício de suas funções, não interromperão o vencimento do seu salário, contanto que a inabilitação não exceda a 3 (três) meses contínuos.*

Antes mesmo da entrada em vigor do Código Civil de 1916, já era sábio indenizar os danos causados por acidente do trabalho de acordo com legislação civil. Era adotada a orientação das Ordenações Filipinas, pois o trabalhador deveria ser ressarcido do dano que teria sofrido em seu patrimônio. Essa responsabilidade tinha por base o dano extracontratual (culpa aquiliana)<sup>5</sup>.

O CC 1916 no seu art 159 manteve a mesma orientação que estava sendo empregada antes, no sentido de que o acidente decorreria da responsabilidade extracontratual, despidiend a prova, por parte do empregado, da culpa do empregador pelo acidente.

*Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.*

---

<sup>5</sup> A teoria da culpa aquiliana tem por base a Lex Aquilia do Direito Romano, que tratava da reparação dos danos causados às coisas alheias. Era também chamada de teoria extracontratual ou de culpa delitual. MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 395.

Com o surgimento da Teoria da Responsabilidade Subjetiva Contratual, passou-se a inverter o ônus probatório, ficando a cargo do empregador provar que não teve culpa no acidente do trabalho.

A primeira norma que tratou do tema do acidente do trabalho foi a **Lei nº 3.724 de 15 de janeiro de 1919**, que adotou a teoria do risco profissional. Essa teoria decorria da atividade profissional da vítima. Veio para introduzir definitivamente a teoria da responsabilidade objetiva do empregador, afastando a discussão em torno da culpa. Havendo o acidente de trabalho, a responsabilidade pela indenização era do empregador, não havendo necessidade de se averiguar quem teve culpa no acidente.

Nessa época, é criado o seguro de acidentes de trabalho, de natureza privada, em que o empregador contratava uma empresa para cobrir e reparar qualquer questão decorrente de acidente de trabalho sofrido pelo obreiro. Dessa forma, o empregador repassava à empresa seguradora a responsabilidade de cobrir as despesas decorrentes do acidente do trabalho sofrido pelo empregado. No entanto, a jurisprudência do STF fixou-se no sentido de que, na hipótese de a seguradora não pagar, por ter entrado em liquidação ou por não ter condições financeiras de suportar os encargos decorrentes do acidente do trabalho, subsistia a responsabilidade do empregador no tocante à indenização pelo acidente ocorrido (Súmula 529).

*SÚMULA STF Nº 529: “Subsiste a responsabilidade do empregador pela indenização decorrente de acidente do trabalho, quando o segurador, por haver entrado em liquidação, ou por outro motivo, não se encontrar em condições financeiras, de efetuar, na forma da lei, o pagamento que o seguro obrigatório visava garantir.”*

Em decorrência da aplicação da Lei 3.724, regulamentada pelo Decreto nº 13.498/1919, verificou-se que o pagamento da indenização relativa ao

acidente de trabalho era tarifado, o que significava que havia uma tabela com base na qual a seguradora pagava a indenização de acordo com valores previamente estabelecidos, não importando se o dano fosse plenamente reparado. O empregado recebia as importâncias que lhe eram pagas, porém, caso não pudesse retornar ao trabalho, não tinha direito a qualquer outra reparação.

Entretanto, foi a partir da **Lei Eloy Chaves** (Decreto legislativo nº 4.682, de 24 de janeiro de **1923**), que a Previdência Social foi implantada no Brasil. Através deste diploma legal foram criadas as “caixas de aposentadorias e pensões” (CAP’s) para os empregados das empresas ferroviárias, contemplando-os com os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (equivalente, na atualidade, à aposentadoria por tempo de contribuição), pensão por morte e assistência médica. É importante ressaltar que existia uma caixa de aposentadoria e pensão por empresa ferroviária.

Assim, a Lei Eloy Chaves é considerada o marco inicial da Previdência Social no País, pois a partir dela surgiram diversas caixas de aposentadoria e pensões individualizadas por empresas. Desta forma, os benefícios dessa lei foram estendidos aos empregados das empresas portuárias, de serviços telegráficos, água, gás, energia, entre outras, chegando ao total de 183 caixas de aposentadoria e pensões, que, posteriormente foram unificadas na Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

Em 1943 o Decreto nº 5452, de 01.05.1943, regulamenta o Capítulo V, Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativo à **Segurança e Medicina do Trabalho** (atualmente Lei nº 6.514, de 22.12.1977).

*Art. 157 - Cabe às empresas:*

*I - cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho;*

*II - instruir os empregados, através de ordens de serviço, quanto às precauções a tomar no sentido de evitar acidentes do trabalho ou doenças ocupacionais;*

*III - adotar as medidas que lhes sejam determinadas pelo órgão regional competente;*

*IV - facilitar o exercício da fiscalização pela autoridade competente.*

Os arts. 155 e 200 da CLT estabelecem a competência do Ministério do Trabalho para disciplinar matéria referente à Segurança e Medicina do Trabalho. A criação da Portaria 3.214/78 instituiu as Normas Regulamentares (NR's) relativas às técnicas para garantir a eficácia das medidas de proteção no trabalho. Essas NR's devem ser analisadas em conjunto com os arts. 160 ao 190 CLT. Dentre as mais relevantes, estão as NR's nº 1, 4, 5 e 7.

#### *1.7. Cabe ao empregador:*

*a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho; (101.001-8 / II)*

*b) elaborar ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho, dando ciência aos empregados, com os seguintes objetivos: (101.002-6 / II)*

*I - prevenir atos inseguros no desempenho do trabalho;*

*II - divulgar as obrigações e proibições que os empregados devam conhecer e cumprir;*

*III - dar conhecimento aos empregados de que serão passíveis de punição, pelo descumprimento das ordens de serviço expedidas;*

*IV - determinar os procedimentos que deverão ser adotados em caso de acidente do trabalho e doenças profissionais ou do trabalho;*

*V - adotar medidas determinadas pelo MTb;*

*VI - adotar medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições inseguras de trabalho.*

*c) informar aos trabalhadores: (101.003-4 / II)*

*I - os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;*

*II - os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;*

*III - os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos;*

*IV - os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.*

*d) permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho. (101.004-2 / II)*

**4.12.** *Compete aos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho:*

- a) aplicar os conhecimentos de engenharia de segurança e de medicina do trabalho ao ambiente de trabalho e a todos os seus componentes, inclusive máquinas e equipamentos, de modo a reduzir até eliminar os riscos ali existentes à saúde do trabalhador;*
- b) determinar, quando esgotados todos os meios conhecidos para a eliminação do risco e se este persistir, mesmo reduzido, a utilização, pelo trabalhador, de Equipamentos de Proteção Individual-EPI, de acordo com o que determina a NR 6, desde que a concentração, a intensidade ou característica do agente assim o exija;*
- c) colaborar, quando solicitado, nos projetos e na implantação de novas instalações físicas e tecnológicas da empresa, exercendo a competência disposta na alínea "a";*
- d) responsabilizar-se tecnicamente, pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas NR aplicáveis às atividades executadas pela empresa e/ou seus estabelecimentos;*
- e) manter permanente relacionamento com a CIPA, valendo-se ao máximo de suas observações, além de apoiá-la, treiná-la e atendê-la, conforme dispõe a NR 5;*
- f) promover a realização de atividades de conscientização, educação e orientação dos trabalhadores para a prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, tanto através de campanhas quanto de programas de duração permanente;*
- g) esclarecer e conscientizar os empregadores sobre acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, estimulando-os em favor da prevenção;*
- h) analisar e registrar em documento(s) específico(s) todos os acidentes ocorridos na empresa ou estabelecimento, com ou sem vítima, e todos os casos de doença ocupacional, descrevendo a história e as características do acidente e/ou da doença ocupacional, os fatores ambientais, as características do agente e as condições do(s) indivíduo(s) portador(es) de doença ocupacional ou acidentado(s);*
- i) registrar mensalmente os dados atualizados de acidentes do trabalho, doenças ocupacionais e agentes de insalubridade, preenchendo, no mínimo, os quesitos descritos nos modelos de mapas constantes nos Quadros III, IV, V e VI, devendo a empresa encaminhar um mapa contendo avaliação anual dos mesmos dados à Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho até o dia 31 de janeiro, através do órgão regional do MTb;*
- j) manter os registros de que tratam as alíneas "h" e "i" na sede dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho ou facilmente alcançáveis a partir da mesma, sendo de livre escolha da empresa o método de arquivamento e recuperação, desde que sejam asseguradas condições de acesso aos registros e entendimento de seu conteúdo, devendo ser guardados somente os mapas anuais dos dados correspondentes às alíneas "h" e "i" por um período não- inferior a 5 (cinco) anos;*

*l) as atividades dos profissionais integrantes dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho são essencialmente prevencionistas, embora não seja vedado o atendimento de emergência, quando se tornar necessário. Entretanto, a elaboração de planos de controle de efeitos de catástrofes, de disponibilidade de meios que visem ao combate a incêndios e ao salvamento e de imediata atenção à vítima deste ou de qualquer outro tipo de acidente estão incluídos em suas atividades.*

*4.13. Os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho deverão manter entrosamento permanente com a CIPA, dela valendo-se como agente multiplicador, e deverão estudar suas observações e solicitações, propondo soluções corretivas e preventivas, conforme o disposto no subitem 5.14.1. da NR 5.*

*5.17 Cabe ao empregador proporcionar aos membros da CIPA os meios necessários ao desempenho de suas atribuições, garantindo tempo suficiente para a realização das tarefas constantes do plano de trabalho.*

*7.1.1. Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores.*

A CF de 1988, no Capítulo *Dos Direitos Sociais*, ressalva que é um direito de todos os trabalhadores rurais e urbanos, o seguro contra acidentes de trabalho e a redução dos riscos inerentes ao trabalho.

*Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;*

*XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa*

Já no art. 201, I explicita a função de proteção da Previdência para com os trabalhadores.

*Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

*I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)*

O STF se manifestou em favor da indenização diante de culpa grave do empregador.

*Súmula 229 STF - A indenização acidentária não exclui a do direito comum, em caso de dolo ou culpa grave do empregador*

A Lei nº 8.212 de 1991 foi introduzida com o intuito de dispor sobre a organização da Seguridade Social, instituindo o respectivo Plano de Custeio. Já a Lei nº 8.213 de 1991 veio para especificar os Planos de Benefícios da Previdência Social, revogando a lei 6.367/76. Ela incorporou a legislação de acidente do trabalho à legislação de benefícios da previdência social.

*Lei 8.213 Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:*

*I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família, salário-maternidade, auxílio-acidente e pecúlios;*

*I - pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio-acidente; (Redação dada pela Lei nº 9.876, de 26.11.99)*

*II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos*



*Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;*

Como podemos observar, não é de hoje que ocorrem acidentes no ambiente de trabalho. Antes de passarmos ao estudo dos acidentes do trabalho, acho oportuno mencionar que o ideal seria agir de modo a inibir a ocorrência do próprio acidente. Veja-se que a medida a ser tomada então seria preventiva. E quem teria essa função?

Primeiramente os próprios empregadores, que agindo em conformidade com as Normas Regulamentares (NR's), obedecendo ao disposto na CLT e acima de tudo, respeitando os princípios e direitos assegurados aos trabalhadores na Carta Magna de 1988.

Já o Ministério Público do Trabalho possui instrumentos de atuação extrajudicial. Para desincumbir-se extrajudicialmente de suas funções institucionais, o legislador dotou o Ministério Público de poderes para (i) instaurar inquérito civil público com vistas à apuração de denúncia ou notícia de lesão a interesse difuso ou coletivo (art. 129, III, CF; art. 7º, I, LC nº 75/93); (ii) instaurar procedimento administrativo investigatório com base em notícia de lesão a interesse difuso ou coletivo (art. 129, IV, CF e arts. 7º, I e 84, II, da LC nº 75/93) e (iii) tomar termos de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais (art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85)<sup>6</sup>.

E caso seja necessário acionar a Justiça do Trabalho para defender interesse ou direito público, difuso, coletivo ou individual homogêneo, o Ministério Público do Trabalho pode lançar mão de medidas judiciais como a ação civil pública, com o objetivo de prevenir um dano iminente ou de afastar

---

<sup>6</sup> Dados segundo Elvécio Moura dos Santos - Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região – Goiás.

um ato lesivo (art. 129, III, CF; art. 6º, VII, “a” e art. 83º, III, da LC nº 75/93 e art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/85), ademais de ação civil coletiva, visando à obtenção de uma reparação pelos danos sofridos individualmente pelas pessoas lesadas (art. 83, I, LC nº 75/93 e art. 91 da Lei nº 8.078/90) e ação anulatória de cláusula de instrumento coletivo (art. 83, IV, LC nº 75/93)<sup>7</sup>.

Outra atuação que seria necessária vem das Delegacias Regionais do Trabalho. Elas têm a capacidade de realizar campanhas de conscientização junto aos sindicatos de empregadores e de trabalhadores, em busca de apoio para a redução de acidente do trabalho. O ideal seria haver fiscalização diferenciada, com prazo para que cada empresa procurar solucionar os problemas existentes no local de trabalho

Não podendo fugir da realidade, mostraremos que mesmo podendo ser evitado, o acidente do trabalho ocorre e aos milhares, e esse é o parâmetro desta monografia.

---

<sup>7</sup> Idem.

## CAPÍTULO 2

### ACIDENTE DO TRABALHO NO SÉC. XXI

#### 2.1. Conceito de Acidente de Trabalho e Caracterização:

*Accident du travail* – França

*Industrial accident* – Inglaterra

*Betriebsunfall* – Alemanha

*Infortúnio sul lavoro* – Itália

*Accidentes de trabajo* – Espanha

O art. 19 da lei 8213 assim o conceitua:

*Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.*

Também é considerado acidente do trabalho, de acordo com o art. 20 da referida lei:

*Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:*

*I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;*

*II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é*

*realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.*

Ainda há a equiparação ao acidente do trabalho a outras hipóteses mencionadas no art. 21. Neste caso confere-se o mesmo efeito jurídico ao evento; é a chamada causalidade indireta.

*Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:*

*I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;*

*II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em conseqüência de:*

*a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;*

*b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;*

*c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;*

*d) ato de pessoa privada do uso da razão;*

*e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;*

*III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;*

*IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:*

*a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;*

*b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;*

*c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;*

*d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.*

*§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.*

*§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às conseqüências do anterior.*

Nas palavras de Annibal Fernandes <sup>8</sup>: *O acidente do trabalho – o acidente- tipo – é um evento relacionado, diretamente ou não, ao trabalho executado pelo obreiro. Já não se trata de um infortúnio no trabalho mas do trabalho. O que envolve o trabalho, nos limites da legislação e interpretada a regra pela sua finalidade social, caracteriza o acidente para efeito de reparação.*

Já Sérgio Pinto Martins<sup>9</sup> assim o define: *Seria melhor conceituar o acidente do trabalho como a contingência que ocorre pelo exercício de trabalho a serviço do empregador ou pelo exercício de trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.*

A Caracterização do Acidente do Trabalho se dá através de 3 (três) vias para o autor Sérgio Pinto Martins<sup>10</sup>, e através de 2 (duas) para o autor Marcelo Leonardo Tavares<sup>11</sup>.

A primeira é a via Administrativa, na qual o setor de benefícios do INSS estabelece o nexo entre o trabalho exercido e o acidente.

A segunda é a Técnica para Martins e Judicial para Tavares, que consiste na Perícia Médica do INSS, que estabelecerá o nexo da causa e o efeito entre:

- a) o acidente e a lesão;
- b) a doença e o trabalho;
- c) a *causa mortis* e o acidente.

Martins entende ser a via Judicial, quando se tratar de Perícia determinada pelo juiz.

---

<sup>8</sup> FERNANDES, Annibal. *Curso de Direito Previdenciário*. Org. por Wagner Balera, São Paulo: LTR, 1992.

<sup>9</sup> MARTINS, Sergio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 406.

<sup>10</sup> MARTINS, Sergio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 413-414.

<sup>11</sup> TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito Previdenciário*. 8ª ed. São Paulo: Lumen Júris, 2006. p. 104.

Na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) do empregado constará a anotação do INSS acerca do acidente do trabalho e seus benefícios, de acordo com a art. 30 da CLT.

*Art. 30. Os acidentes do trabalho serão obrigatoriamente anotados pelo Instituto Nacional de Previdência social na carteira do acidentado. (Alterado pelo DL-000.926-1969)*

### 2.1.1. Comunicação do Acidente (CAT)

O empregador deverá comunicar à Previdência Social até o 1º dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente, e, em caso de morte, imediatamente, sob pena de multa, na forma prevista no art. 22 da Lei nº 8.213/91.

A inexactidão das declarações na comunicação do acidente de trabalho implicará nas sanções previstas nos artigos. 171 e 299 do Código Penal.

O acidentado, seus dependentes e o sindicato a que corresponda sua categoria receberão cópia da comunicação do acidente do trabalho (CAT). Na falta de comunicação por parte do empregador, podem fazê-lo o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública. Porém é importante ressaltar que a obrigação é da empresa. Não se pode exigir do acidentado, como condição da ação, comunicação ao INSS. Ele não precisa trazer a CAT aos autos como prova de notificação do INSS quando o empregador não cumpre a obrigação legal. O STF já entendeu que não é inconstitucional a exigência de que o acidentado junte o CAT como condição da ação. (RESP 144.840/ SP 1996 Relator Ministro Moreira Alves- constante no Informativo do STF nº 25).

*Lei 8213 Art. 22. A empresa deverá comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato, à autoridade competente, sob pena de multa variável entre o limite mínimo e o limite máximo do salário-de-contribuição, sucessivamente aumentada nas reincidências, aplicada e cobrada pela Previdência Social.*

*§ 1º Da comunicação a que se refere este artigo receberão cópia fiel o acidentado ou seus dependentes, bem como o sindicato a que corresponda a sua categoria.*

*§ 2º Na falta de comunicação por parte da empresa, podem formalizá-la o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade pública, não prevalecendo nestes casos o prazo previsto neste artigo.*

*§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º não exime a empresa de responsabilidade pela falta do cumprimento do disposto neste artigo.*

*§ 4º Os sindicatos e entidades representativas de classe poderão acompanhar a cobrança, pela Previdência Social, das multas previstas neste artigo.*

*§ 5o A multa de que trata este artigo não se aplica na hipótese do caput do art. 21-A. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006)*

*Art. 23. Considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro*



## 2.2. SAT/RAT

O Seguro de Acidente do Trabalho tem sua base constitucional fixada no inciso do art. 7º, XXVIII, art. 195, I e art. 201, I, todos da CF de 1988, garantindo ao empregado um seguro contra acidente do trabalho, às expensas do empregador, mediante pagamento de um adicional sobre folha de salários, com administração atribuída à Previdência Social. A base infra-constitucional é a Lei 8.212/91, que primordialmente define as alíquotas do SAT, de acordo com uma pré-determinada graduação de riscos.

O SAT é o custeio da aposentadoria especial e de todos os benefícios concedidos em razão do grau de incidência da incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho. É devido de acordo com a classificação de atividade preponderante da empresa. As atividades de risco leve, médio ou grave, correspondem às alíquotas de 1%, 2% ou 3% sobre toda a folha de pagamento.

Como o SAT custeia vários outros benefícios e não-somente o auxílio-acidente, sua nomenclatura está sendo utilizada de maneira indevida para representar os acréscimos que custeiam a aposentadoria especial. Para a alíquota adicional foi criada a nomenclatura RAT.

O RAT (Risco Ambiental do Trabalho) se refere à alíquota adicional do SAT e custeia a aposentadoria especial (em conjunto com parte do SAT). É devido apenas sobre a remuneração do trabalhador sujeito a condições especiais, isto é, aquele que efetivamente está exposto a agentes nocivos, e corresponde às alíquotas de 12%, 9% ou 6%, conforme a atividade realizada que permita a aposentadoria especial aos 15, 20 ou 25 anos, respectivamente.

A contribuição do SAT/RAT, atualmente, é regulamentada pela Lei no 8.212/1991 e repetida no Decreto 3.048/1999, que estabelecem as alíquotas sobre o total de remunerações pagas ou creditadas, em função do grau de risco (leve, médio ou grave) da atividade preponderante da pessoa jurídica.

**LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991**

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

II - para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos: (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.98)

a) **1% (um por cento)** para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) **2% (dois por cento)** para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) **3% (três por cento)** para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

**DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999** (Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências).

Art. 202. A contribuição da empresa, destinada ao financiamento da aposentadoria especial, nos termos dos arts. 64 a 70, e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho corresponde à aplicação dos seguintes percentuais, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, ao segurado empregado e trabalhador avulso:

I - **um por cento** para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado leve;

II - **dois por cento** para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado médio; ou

III - **três por cento** para a empresa em cuja atividade preponderante o risco de acidente do trabalho seja considerado grave.

§ 1º As alíquotas constantes do caput serão **acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, respectivamente, se a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa ensejar a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição.**

§ 2º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 3º Considera-se preponderante a atividade que ocupa, na empresa, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos.

§ 4º A atividade econômica preponderante da empresa e os respectivos riscos de acidentes do trabalho compõem a Relação de Atividades Preponderantes e correspondentes Graus de Risco, prevista no Anexo V.

§ 5º O enquadramento no correspondente grau de risco é de responsabilidade da empresa, observada a sua atividade econômica preponderante e será feito mensalmente, cabendo ao Instituto

*Nacional do Seguro Social rever o auto-enquadramento em qualquer tempo.*

*§ 6º Verificado erro no auto-enquadramento, o Instituto Nacional do Seguro Social adotará as medidas necessárias à sua correção, orientando o responsável pela empresa em caso de recolhimento indevido e procedendo à notificação dos valores devidos.*

*§ 5º É de responsabilidade da empresa realizar o enquadramento na atividade preponderante, cabendo à Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social revê-lo a qualquer tempo. (Redação dada pelo Decreto nº 6.042, de 2007).*

*§ 6º Verificado erro no auto-enquadramento, a Secretaria da Receita Previdenciária adotará as medidas necessárias à sua correção, orientará o responsável pela empresa em caso de recolhimento indevido e procederá à notificação dos valores devidos. (Redação dada pelo Decreto nº 6.042, de 2007).*

*§ 7º O disposto neste artigo não se aplica à pessoa física de que trata a alínea "a" do inciso V do caput do art. 9º.*

*§ 8º Quando se tratar de produtor rural pessoa jurídica que se dedique à produção rural e contribua nos moldes do inciso IV do caput do art. 201, a contribuição referida neste artigo corresponde a zero vírgula um por cento incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.*

*§ 9º A contribuição de que trata este artigo, a cargo da microempresa e da empresa de pequeno porte não optantes pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, corresponde ao percentual mínimo, nos termos do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994. (Revogado pelo Decreto nº 3.265, de 1999)*

*§ 10. Será devida contribuição adicional de doze, nove ou seis pontos percentuais, a cargo da cooperativa de produção, incidente sobre a remuneração paga, devida ou creditada ao cooperado filiado, na hipótese de exercício de atividade que autorize a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Incluído pelo Decreto nº 4.729, de 2003)*

*§ 11. Será devida contribuição adicional de nove, sete ou cinco pontos percentuais, a cargo da empresa tomadora de serviços de cooperado filiado a cooperativa de trabalho, incidente sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, conforme a atividade exercida pelo cooperado permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente. (Incluído pelo Decreto nº 4.729, de 2003)*

*§ 12. Para os fins do § 11, será emitida nota fiscal ou fatura de prestação de serviços específica para a atividade exercida pelo cooperado que permita a concessão de aposentadoria especial. (Incluído pelo Decreto nº 4.729, de 2003)*

*§ 13. A empresa informará mensalmente, por meio da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, a alíquota correspondente*

*ao seu grau de risco, a respectiva atividade preponderante e a atividade do estabelecimento, apuradas de acordo com o disposto nos §§ 3o e 5o. (Incluído pelo Decreto nº 6.042, de 2007).*

Alíquota RAT Empresa: 6%

Empregado que irá se aposentar com 25 anos de serviço.

<b>Grau de risco</b>	<b>SAT</b>	<b>RAT</b>	<b>Total</b>
1	1%	6%	7%
2	2%	6%	8%
3	3%	6%	9%

Alíquota RAT Empresa: 9%

Empregado que irá se aposentar com 20 anos de serviço.

<b>Grau de risco</b>	<b>SAT</b>	<b>RAT</b>	<b>Total</b>
1	1%	9%	10%
2	2%	9%	11%
3	3%	9%	12%

Alíquota RAT Empresa: 12%

Empregado que irá se aposentar com 15 anos de serviço.

<b>Grau de risco</b>	<b>SAT</b>	<b>RAT</b>	<b>Total</b>
1	1%	12%	13%
2	2%	12%	14%
3	3%	12%	15%

### 2.3. FAT

O Fator Acidentário de Prevenção é um mecanismo multiplicador que varia de 0,5 a 2,0, permitindo à Previdência Social aumentar ou diminuir as alíquotas de contribuição das empresas aos Riscos Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, cujo percentual depende do seu grau de risco segundo o CNAE - Classificação Nacional da Atividade Econômica, variando em 1%, 2% ou 3% sobre a folha de salários.

O Decreto n. 6.042/07 introduziu o FAP - Fator Acidentário Previdenciário, capaz de agravar ou atenuar o valor contributivo do SAT (Seguro de Acidente do Trabalho) de acordo com o resultado dos dados estatísticos epidemiológicos de cada empresa.

Trata-se da regulamentação de um dispositivo de lei que possibilita a redução (em até 50%) ou o aumento (em até 100%) das alíquotas contributivas de 1%, 2% ou 3%, em razão do desempenho da empresa em relação à respectiva categoria econômica, *“apurado em conformidade com os resultados obtidos a partir dos índices de frequência, gravidade e custo, calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social”* (art. 10 da lei 10.666/03).

A aplicação do FAP permitirá reduzir pela metade a alíquota de contribuição das empresas com menor taxa de acidente (0,5% - redução da alíquota em 50 % na atividade de grau leve) e dobrar a contribuição das que apresentam maior grau de risco (6% - aumento de 100%).

A divulgação do FAP de cada empresa será feita pela Previdência Social em setembro de 2009, conforme Ato Ministerial a ser oportunamente publicado, e sua **entrada em vigor em janeiro de 2010**, de acordo com o art. 5º, III do Decreto 6.042/2007 e art. 202-A § 6º do Decreto 3.048/1999. Para definir os índices do FAP, a Previdência Social considerou todos os benefícios concedidos aos segurados empregados de cada empresa, dentro da respectiva atividade.

O FAP será alterado anualmente, com base em um banco de dados constituído pelos benefícios concedidos de 60 meses. Após esse período, os primeiros 12 meses serão substituídos pelos próximos 12 meses, e assim sucessivamente. Para o cálculo do FAP, também foram considerados os índices de frequência, gravidade e custo dos afastamentos dos trabalhadores.

**DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999.**

*Art. 202-A. As alíquotas constantes nos incisos I a III do art. 202 serão reduzidas em até cinquenta por cento ou aumentadas em até cem por cento, em razão do desempenho da empresa em relação à sua respectiva atividade, aferido pelo Fator Acidentário de Prevenção - FAP. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 1o O FAP consiste num multiplicador variável num intervalo contínuo de cinquenta centésimos (0,50) a dois inteiros (2,00), desprezando-se as demais casas decimais, a ser aplicado à respectiva alíquota. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 2o Para fins da redução ou majoração a que se refere o § 1o, proceder-se-á à discriminação do desempenho da empresa, dentro da respectiva atividade, por distanciamento de coordenadas tridimensionais padronizadas (índices de frequência, gravidade e custo), atribuindo-se o fator máximo dois inteiros (2,00) àquelas empresas cuja soma das coordenadas for igual ou superior a seis inteiros positivos (+6) e o fator mínimo cinquenta centésimos (0,50) àquelas cuja soma resultar inferior ou igual a seis inteiros negativos (-6). Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 3o O FAP variará em escala contínua por intermédio de procedimento de interpolação linear simples e será aplicado às empresas cuja soma das coordenadas tridimensionais padronizadas esteja compreendida no intervalo disposto no § 2o, considerando-se como referência o ponto de coordenadas nulas (0; 0; 0), que corresponde ao FAP igual a um inteiro (1,00). Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 4o Os índices de frequência, gravidade e custo serão calculados segundo metodologia aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social, levando-se em conta: Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*I - para o índice de frequência, a quantidade de benefícios incapacitantes cujos agravos causadores da incapacidade tenham gerado benefício acidentário com significância estatística capaz de estabelecer nexo epidemiológico entre a atividade da empresa e a entidade mórbida, acrescentada da quantidade de benefícios de pensão por morte acidentária; Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*II - para o índice de gravidade, a somatória, expressa em dias, da duração do benefício incapacitante considerado nos termos do inciso II, tomada a expectativa de vida como parâmetro para a definição da data de cessação de auxílio-acidente e pensão por morte acidentária; e Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*III - para o índice de custo, a somatória do valor correspondente ao salário-de-benefício diário de cada um dos benefícios considerados no inciso I, multiplicado pela respectiva gravidade. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 5o O Ministério da Previdência Social publicará anualmente, no Diário Oficial da União, sempre no mesmo mês, os índices de frequência, gravidade e custo, por atividade econômica, e disponibilizará, na Internet, o FAP por empresa, com as informações que possibilitem a esta verificar a correção dos dados utilizados na apuração do seu desempenho. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 6o O FAP produzirá efeitos tributários a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua divulgação. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 7o Para o cálculo anual do FAP, serão utilizados os dados de janeiro a dezembro de cada ano, a contar do ano de 2004, até completar o período de cinco anos, a partir do qual os dados do ano inicial serão substituídos pelos novos dados anuais incorporados. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 8o Para as empresas constituídas após maio de 2004, o FAP será calculado a partir de 1o de janeiro do ano seguinte ao que completar dois anos de constituição, com base nos dados anuais existentes a contar do primeiro ano de sua constituição. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

*§ 9o Excepcionalmente, e para fins do disposto no §§ 7o e 8o, em relação ao ano de 2004 serão considerados os dados acumulados a partir de maio daquele ano. Incluído pelo Decreto nº 6.042 - de 12/2/2007 - DOU DE 12/2/2007*

#### **DECRETO Nº 6.042, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2007.**

*Art. 5o Este Decreto **produz efeitos** a partir do primeiro dia:*

*I - do mês de abril de 2007, quanto aos arts. 199-A e 337 e à Lista B do Anexo II do Regulamento da Previdência Social;*

*II - do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto à nova redação do Anexo V do Regulamento da Previdência Social; e*

*III - do mês **de setembro de 2009** quanto à aplicação do art. 202-A do Regulamento da Previdência Social, observado, ainda, o disposto no § 6º do mencionado artigo. (Redação dada pelo Decreto nº 6.577, de 2008).*

## 2.4. NTEP

Com o advento da Lei 11.430, de 26 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, as empresas terão que provar que um acidente ou doença de seu empregado não está relacionado com a natureza de sua função. É a chamada inversão do ônus da prova.

O Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) é o mecanismo que relaciona determinada doença às atividades na qual a moléstia ocorre com maior incidência, resultado do cruzamento do diagnóstico médico enquadrado como agravo à saúde, descrito na CID-10 (Classificação Internacional de Doença) com sua incidência estatística dentro da Classificação Nacional de Atividade - CNAE. O nexo foi construído a partir da observação da incidência de agravos à saúde por atividade econômica.

O NTP (Nexo Técnico Previdenciário) resulta do cruzamento do diagnóstico médico enquadrado na CID (Classificação Internacional de Doença) com a ocupação do trabalhador na empresa. Já o NTEP é mais amplo, pois considera inicialmente o NTP (diagnóstico individual - CID) e o dimensiona a partir de sua incidência estatística dentro da Classificação Nacional de Atividade - CNAE. É o caso típico da LER em atividade bancária onde o NTEP encontra-se presente em face do risco potencial da atividade, conforme demonstram as estatísticas das notificações acidentárias.

O NTEP é uma presunção legal (art. 212, IV, CC), do tipo relativa (*juris tantum*), vez que admite prova em sentido contrário. Na prática significa que há inversão do ônus da prova em prol da vítima, medida jurídica acertada seja porque o trabalhador é hipossuficiente, seja porque é o empregador quem detém aptidão para produzir a prova de inexistência do nexo causal. A impugnação do NTEP pela empresa somente ocorrerá na esfera previdenciária.

Não há dúvida de que a presença de NTEP entre o ramo da atividade econômica (CNAE) e a entidade mórbida motivadora da incapacidade



relacionada na CID constitui-se um dos critérios suficientes para fins de enquadramento na hipótese do parágrafo único do art. 927 do Código Civil. Trata-se de critério objetivo, científico e com respaldo legal (art. 21-A, Lei 8213/91). Logo, pode-se dizer que em todos os casos em que se presumir que a doença seja ocupacional pela adoção do NTEP, estar-se-á diante de atividade normal de risco, aplicando-se a responsabilidade civil do empregador independente de investigação de culpa patronal. Nada mais razoável se considerarmos que esse critério se fundamenta em estatísticas epidemiológicas.

**Lei 8213/91 Art. 21-A.** *A perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexó técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças - CID, em conformidade com o que dispuser o regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.430, de 2006).*

**Decreto 3.048/99 Art. 337.** *O acidente do trabalho será caracterizado tecnicamente pela perícia médica do INSS, mediante a identificação do nexó entre o trabalho e o agravo. (Alterado pelo D-006.042-2007)*

*I - o acidente e a lesão;*

*II - a doença e o trabalho; e*

*III - a causa mortis e o acidente.*

**Art. 212 CC.** *Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante:*

*IV – presunção.*

**Art. 927 CC.** *Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.*

A Instrução Normativa do INSS nº 16 de 2007 dispunha sobre os procedimentos e rotinas referentes ao Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP, porém recentemente, foi revogada pela IN - INSS nº 31 de setembro de 2008.

Art. 1º Estabelecer critérios para aplicação das diversas espécies de nexos técnicos aos benefícios por incapacidade concedidos pelo INSS.

Art. 2º A Perícia Médica do INSS caracterizará tecnicamente o acidente do trabalho mediante o reconhecimento do nexo entre o trabalho e o agravo.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se agravo: a lesão, a doença, o transtorno de saúde, o distúrbio, a disfunção ou a síndrome de evolução aguda, subaguda ou crônica, de natureza clínica ou subclínica, inclusive morte, independentemente do tempo de latência.

Art. 3º O nexo técnico previdenciário poderá ser de natureza causal ou não, havendo três espécies:

I - nexo técnico profissional ou do trabalho, fundamentado nas associações entre patologias e exposições constantes das listas A e B do anexo II do Decreto nº 3.048, de 1999;

II - nexo técnico por doença equiparada a acidente de trabalho ou nexo técnico individual, decorrente de acidentes de trabalho típicos ou de trajeto, bem como de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele relacionado diretamente, nos termos do § 2º do art. 20 da Lei nº 8.213/91

**III - nexo técnico epidemiológico previdenciário, aplicável quando houver significância estatística da associação entre o código da Classificação Internacional de Doenças-CID, e o da Classificação Nacional de Atividade Econômica-CNAE, na parte inserida pelo Decreto nº 6.042/07, na lista B do anexo II do Decreto nº 3.048, de 1999;**

Art. 4º Os agravos associados aos agentes etiológicos ou fatores de risco de natureza profissional e do trabalho das listas A e B do anexo II do Decreto nº 3.048/99; presentes nas atividades econômicas dos empregadores, cujo segurado tenha sido exposto, ainda que parcial e indiretamente, serão considerados doenças profissionais ou do trabalho, nos termos dos incisos I e II, art. 20 da Lei nº 8.213/91

§ 1º A empresa poderá interpor recurso ao Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) até trinta dias após a data em que tomar conhecimento da concessão do benefício em espécie acidentária por nexo técnico profissional ou do trabalho, conforme art. 126 da Lei nº 8.213/91 quando dispuser de dados e informações que demonstrem que os agravos não possuem nexo técnico com o trabalho exercido pelo trabalhador.

§ 2º O recurso interposto contra o estabelecimento de nexo técnico com base no anexo II do Decreto nº 3.048/99; não terá efeito suspensivo.

Art. 5º Os agravos decorrentes de condições especiais em que o trabalho é executado serão considerados doenças profissionais ou do trabalho, ou ainda acidentes de trabalho, nos termos do § 2º do art. 20 da Lei nº 8.213/91

§ 1º A empresa poderá interpor recurso ao CRPS até trinta dias após a data em que tomar conhecimento da concessão do benefício em espécie acidentária por nexo técnico por doença equiparada a acidente de trabalho ou nexo técnico individual, conforme art. 126 da Lei nº 8.213/91 quando dispuser de dados e informações que demonstrem que os agravos não possuem nexo técnico com o trabalho exercido pelo trabalhador.

§ 2º O recurso interposto contra o estabelecimento de nexo técnico com base no § 2º do art. 20 da Lei nº 8.213/91, não terá efeito suspensivo.

Art. 6º Considera-se epidemiologicamente estabelecido o nexo técnico entre o trabalho e o agravo, sempre que se verificar a existência de associação entre a atividade econômica da empresa, expressa pela CNAE e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, relacionada na CID, em conformidade com o disposto na parte inserida pelo Decreto nº 6.042/07, na lista B do anexo II do Decreto nº 3.048/99;

§ 1º A inexistência de nexo técnico epidemiológico não elide o nexo entre o trabalho e o agravo, cabendo à perícia médica a caracterização técnica do acidente do trabalho, fundamentadamente, sendo obrigatório o registro e a análise do relatório do médico assistente, além dos exames complementares que eventualmente o acompanhem.

2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a perícia médica poderá, se necessário, solicitar as demonstrações ambientais da empresa, efetuar pesquisa ou realizar vistoria do local de trabalho ou solicitar o Perfil Profissiográfico Previdenciário-PPP, diretamente ao empregador.

§ 3º A perícia médica do INSS poderá deixar de aplicar o nexo técnico epidemiológico mediante decisão fundamentada, quando dispuser de informações ou elementos circunstanciados e contemporâneos ao exercício da atividade que evidenciem a inexistência do nexo técnico entre o agravo e o trabalho.

Art. 7º A empresa poderá requerer ao INSS, até quinze dias após a data para a entrega da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social- GFIP, a não aplicação do nexo técnico epidemiológico, ao caso concreto, quando dispuser de dados e informações que demonstrem que os agravos não possuem nexo técnico com o trabalho exercido pelo trabalhador, sob pena de não conhecimento da alegação em instância administrativa, caso não protocolize o requerimento tempestivamente

§ 1º Caracterizada a impossibilidade de atendimento ao disposto no caput, motivada pelo não conhecimento tempestivo da informação do diagnóstico do agravo, o requerimento de que trata este artigo poderá ser apresentado no prazo de quinze dias da data para entrega da GFIP do mês de competência da realização da perícia que estabeleceu o nexo entre o trabalho e o agravo.

§ 2º A informação de que trata o § 1º será disponibilizada para consulta pela empresa, por meio do endereço eletrônico [www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br) ou, subsidiariamente, pela Comunicação de Decisão do requerimento de benefício por incapacidade, entregue ao segurado.

§ 3º Com o requerimento, a empresa formulará as alegações que entender necessárias e apresentará a documentação probatória, em duas vias, para demonstrar a inexistência do nexo técnico entre o trabalho e o agravo.

§ 4º A Agência da Previdência Social-APS, mantenedora do benefício, encaminhará o requerimento e as provas produzidas à perícia médica, para análise prévia. Sempre que a instrução do pedido evidenciar a possibilidade de reconhecimento de inexistência do nexo técnico entre o trabalho e o agravo, o segurado será oficiado sobre a existência do requerimento da empresa, informando-lhe que poderá retirar uma das vias apresentada pela mesma para, querendo, apresentar contra razões no prazo de quinze dias da ciência do requerimento.

§ 5º Com as contra razões, o segurado formulará as alegações que entender necessárias e apresentará a documentação probatória, com o objetivo de demonstrar a existência do nexo técnico entre o trabalho e o agravo.

§ 6º A análise do requerimento e das provas produzidas será realizada pela perícia médica, cabendo ao setor administrativo da APS comunicar o resultado da análise à empresa e ao segurado.

§ 7º Da decisão do requerimento cabe recurso com efeito suspensivo, por parte da empresa ou, conforme o caso, do segurado, ao CRPS.

§ 8º O INSS procederá à marcação eletrônica do benefício no Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade-SABI, que estará sob efeito suspensivo, deixando para alterar a espécie após o julgamento do recurso pelo CRPS, quando for o caso.

§ 9º O disposto no § 7º não prejudica o pagamento regular do benefício, desde que atendidos os requisitos de carência que permitam a manutenção do reconhecimento do direito ao benefício como auxílio-doença previdenciário.

§ 10. Será considerada apenas a documentação probante que contiver a indicação, assinatura e número de registro, anotação técnica, ou equivalente do responsável legalmente habilitado, para os respectivos períodos e escopos, perante o conselho de profissão.

§ 11. O segurado em situação de desemprego, no período de graça, terá todos os direitos característicos da forma de filiação de empregado.

Art. 8º Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa aos benefícios requeridos ou cuja perícia inicial foi realizada a partir de 1º de abril de 2007, data de início da aplicação das novas regras de estabelecimento do nexo técnico previdenciário:

I - possibilidade de estabelecimento do nexo técnico pelo INSS sem a vinculação de uma CAT ao número do benefício;

II - incorporação automatizada das listas A e B do anexo II do Decreto nº 3.048/99; ao SABI; e

III - início da aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário-NTEP.

Parágrafo único. Na hipótese do caput é facultada à empresa a apresentação do requerimento de que trata o art. 6º.

Art. 9º A Comunicação de Decisão quanto ao requerimento de benefício por incapacidade deverá conter informações sobre:

I - a espécie de nexo técnico aplicada ao benefício, bem como a possibilidade de recurso pelo empregador, conforme §§ 1º e 2º dos arts. 3º e 4º desta Instrução Normativa; e

II - a associação entre CNAE e CID, e a conclusão pericial sobre o nexo, em caso de não aplicação do NTEP pela perícia médica, bem como a possibilidade de contestação e/ou recurso pelo segurado, nos mesmos moldes previstos para o empregador pelo art. 7º.

Art. 10 A existência de nexo de qualquer espécie entre o trabalho e o agravo não implica o reconhecimento automático da incapacidade para o trabalho, que deverá ser definida pela perícia médica.

Parágrafo único. Reconhecida pela perícia médica do INSS a incapacidade para o trabalho e estabelecido o nexo técnico entre o trabalho e o agravo, serão devidas as prestações acidentárias a que o beneficiário tenha direito.

Art. 11 Quando dos exames periciais por Pedido de Prorrogação-PP, ou Pedido de Reconsideração-PR, de benefícios em manutenção, não serão apresentados ao Perito Médico os quesitos sobre as espécies de nexo técnico, haja vista que a eventual prorrogação decorre da incapacidade para o trabalho e não da natureza acidentária do agravo.

Parágrafo único. Os requerimentos de revisão e recurso tempestivos do segurado visando à transformação do benefício previdenciário em acidentário, serão analisados pela perícia médica e operacionalizados no SABI pela ferramenta Revisão Médica.

Art. 12 A perícia médica do INSS, quando constatar indícios de culpa ou dolo por parte do empregador, em relação aos benefícios por incapacidade concedidos, deverá oficiar à Procuradoria Federal Especializada-INSS, subsidiando-a com evidências e demais meios de prova colhidos, notadamente quanto aos programas de gerenciamento de riscos ocupacionais, para as providências cabíveis, inclusive para ajuizamento de ação regressiva contra os responsáveis, conforme previsto nos arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213/91 de modo a possibilitar o ressarcimento à Previdência Social do pagamento de benefícios por morte ou por incapacidade, permanente ou temporária.

Parágrafo único. Quando a perícia médica do INSS, no exercício das atribuições que lhe confere a Lei nº 10.876/04, constatar desrespeito às normas de segurança e saúde do trabalhador, fraude ou simulação na emissão de documentos de

interesse da Previdência Social, por parte do empregador ou de seus prepostos, deverá produzir relatório circunstanciado da ocorrência e encaminhá-lo, junto com as evidências e demais meios de prova colhidos, à Procuradoria Federal Especializada-INSS para conhecimento e providências pertinentes, inclusive, quando cabíveis, representações ao Ministério Público e/ou a outros órgãos da Administração Pública encarregados da fiscalização ou controle da atividade.

Art. 13 A perícia médica do INSS representará esta Autarquia nas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador-CIST, para garantir a devida articulação entre a política nacional de saúde do trabalhador e a sua execução, no tocante à concessão de benefícios por incapacidade e reabilitação profissional, nos termos dos arts. 12 e 13 da Lei nº 8.080/90.

§ 1º A Gerência Regional indicará o servidor Perito Médico no âmbito das CIST estaduais, e a Diretoria de Benefícios em relação à CIST nacional.

§ 2º Os representantes deverão emitir, mensalmente, Relatório de Acompanhamento do Controle Social relativo às ações e providências da competência do INSS, bem como sugerir as mudanças necessárias à consecução dos objetivos.

Art. 14 A dispensa de vinculação do benefício a uma CAT no Sistema Único de Benefícios, para a sua concessão em espécie acidentária, não desobriga a empresa da emissão da mesma, conforme previsto nos arts. 19 a 23 da Lei nº 8.213/91

Parágrafo único. Não caberá aplicação de multa, por não emissão de CAT, quando o enquadramento decorrer de aplicação do NTEP, conforme disposto no § 5º, art. 22 da Lei nº 8.213/91 redação dada pela Lei nº 11.430/06.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Instrução Normativa nº 16/INSS/PRES, de 27 de março de 2007.

### Críticas ao NTEP:

As críticas ao sistema de presunção do NTEP advêm da classe empresarial. São duas as mais divulgadas. A primeira é a de que a presunção de doença ocupacional por mera dedução estatística despreza as pré-disposições genéticas da vítima. Não é verdade, pois o médico perito poderá deixar de aplicar o nexó técnico epidemiológico sempre que dispuser de informações e dados circunstanciados e contemporâneos ao exercício da atividade que demonstrem a inexistência do nexó causal. Além do mais, à empresa é conferido o amplo direito de contraditório e de impugnação nos

termos do § 2.º do art. 21-A, da Lei 8213/91, e § 7.º do art. 337, do Decreto 3048/99.

A segunda crítica trazida pelos empregadores é a de que o aumento de custos com prevenções acidentárias estimula a substituição do trabalho humano pela automação, além de propiciar perda de competitividade da empresa. No entanto, a prevenção de acidente do trabalho é uma obrigação legal existente há décadas para todo empregador. Os artigos 157, 162 e 200, I, da CLT asseguram tal necessidade. Mais que isso, a redução de riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança é um direito constitucional de todo trabalhador (art. 7.º, XXII).

Está mais do que na hora da classe empresarial mudar seus conceitos e passar a enxergar o trabalhador não como uma peça de engrenagem ou insumo, mas como gente que respira e tem vida; que por ser humano merece tratamento humanitário.

#### Benefícios:

O novo sistema de presunção por Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário traz inúmeras vantagens. A primeira delas é o mecanismo justo e flexível de tributação por intermédio da aplicação do FAP- Fator Acidentário Previdenciário. A segunda seria a possibilidade de redução ou majoração da contribuição do SAT estimula as empresa a investirem em prevenção de acidentes. Uma empresa atualmente com alíquota SAT de 3%, que investe em prevenção e consegue uma redução de acidentes de trabalho a zero, após a aplicação do FAP terá alíquota de 1,5% (50%); do mesmo modo, uma empresa que não investe nada em prevenção e com isso afasta um número alto de colaboradores em decorrência de acidentes ou doenças do trabalho, se exercer atividade classificada como grau de risco 3%, terá de arcar com uma alíquota de até 6% (100%) sobre as remunerações pagas ou creditadas.

O NTEP se traduz em mais um dos critérios utilizados para se fixar o nexo causal entre a doença adquirida e o trabalho realizado com a vantagem de estar dissociado do ato de emissão da CAT. Ele parte estatísticas epidemiológicas, reduzindo-se assim o número de subnotificações acidentárias perante o INSS. Sendo a doença ocupacional caracterizada com maior facilidade, o trabalhador passa a gozar dos benefícios previdenciários por incapacidade<sup>12</sup>, em especial o auxílio-doença acidentário. A percepção deste benefício obriga o empregador a recolher o FGTS do período, além de facilitar a aquisição de estabilidade de que trata o art. 118 da Lei 8213/91 e o êxito em eventual ação de indenização acidentária perante a Justiça do Trabalho.

*Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.*

---

<sup>12</sup> São benefícios por incapacidade: a aposentadoria por invalidez, o auxílio-doença, o auxílio-acidente e a pensão por morte.



## 2.5 – Estatísticas

No Brasil, podemos fixar por volta de 1930 a nossa revolução industrial e, embora tivéssemos já a experiência de outros países, em menor escala, é bem verdade, atravessamos os mesmos percalços, o que fez com que se falasse, em 1970, que o Brasil era o campeão mundial de acidentes do trabalho.

Embora o assunto fosse impactante, o quadro estatístico abaixo nos dá idéia de que era, de fato, lamentável a situação que enfrentávamos. Ao mesmo tempo, pudemos vislumbrar um futuro melhor e mais promissor, e que só foi possível pelo esforço conjunto de trabalhadores, empregadores e governo.

ANOS	NÚMERO DE SEGURADOS	NÚMERO DE ACIDENTADOS	PERCENTUAL
1971	7.553.472	1.330.523	17,61 %
1972	8.148.987	1.504.723	18,47 %
1973	10.956.956	1.632.696	14,90 %
1974	11.537.024	1.796.761	15,57 %
1975	12.996.796	1.916.187	14,74 %
1976	14.945.489	1.743.825	11,67 %
1977	16.589.605	1.614.750	9,73 %
1978	16.638.799	1.551.501	9,32 %
1979	17.637.127	1.444.627	8,19 %
1980	18.686.355	1.464.211	7,84 %
1981	19.188.536	1.270.465	6,62 %
1982	19.476.362	1.178.472	6,05 %
1983	19.671.128	1.003.115	5,10 %
1984	19.673.915	961.575	4,89 %
1985	20.106.390	1.077.861	5,36 %
1986	21.568.660	1.207.859	5,60 %
1987	22.320.750	1.137.124	5,09 %
1988	23.045.901	992.737	4,31 %
1989	23.678.607	888.343	3,75 %
1990	22.755.875	693.572	3,05 %
1991	22.792.858	629.918	2,76 %
1992	22.803.065	532.514	2,33 %
1993	22.722.008	412.293	1,81 %
1994	23.016.637	388.304	1,68 %
1995	23.614.200	424.137	1,79 %
1996	24.311.448	395.455	1,62 %
1997	23.275.605	369.065	1,58 %

Fonte: INSS

### No Mundo em 1999

=> Acidentes/Ano: 250 milhões

=> Mortes/Ano: 1 milhão

=> Mortes/Dia: 2.740

=> Mortes/Hora: 114

=> Mortes/Minuto: 2

Fonte: Organização Internacional do Trabalho - OIT

### No Brasil em 2000

=> Acidentes/Ano: 343.996

=> Mortes/Ano: 3.094

=> Mortes/Mês: 258

=> Mortes/Dia: 9

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho da Previdência Social (AEPS)

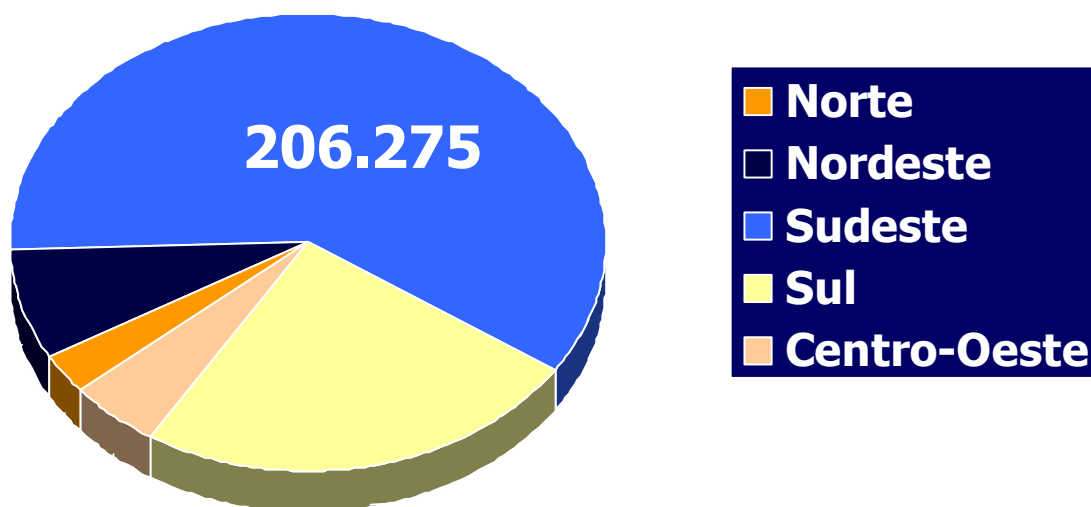
### Distribuição das ocorrências de acidentes do trabalho por Região em 2000

No Sul foram 84.426 acidentes

No Nordeste foram 26.601 acidentes

No Centro-Oeste foram 17.277 acidentes

No Norte foram 9.417 acidentes



Atualmente o Brasil é o 4º colocado mundial em número de acidentes segundo a Organização Internacional do Trabalho. Os acidentes de trabalho geram em termos de despesas gerais 4% da economia mundial, de acordo com a própria OIT. Aqui, eles são registrados através da CAT cadastrada nas Agências da Previdência Social ou no site da previdência.

Quantidade de Acidentes do Trabalho registrados, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), no Brasil – 2004-2006



Em 2004 foram 465.700 acidentes

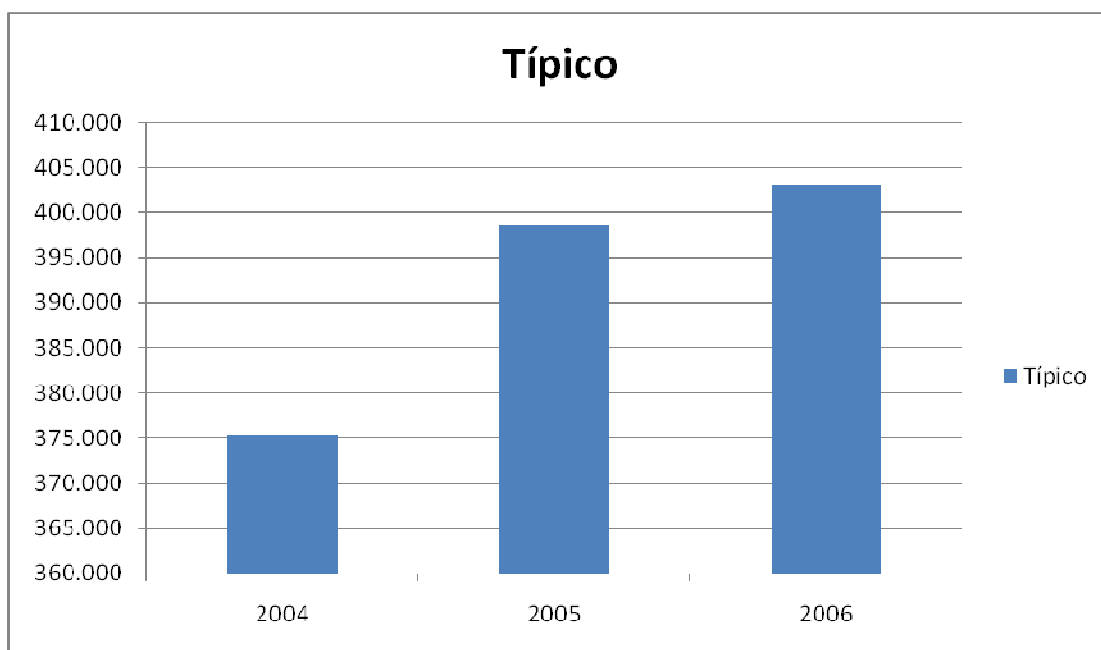
Em 2005 foram 499.680 acidentes

Em 2006 foram 503.890 acidentes

Os acidentes do trabalho são classificados em:

- 1) Acidente Típico: acidente decorrente da característica da atividade profissional desempenhada pelo acidentador;
- 2) Acidente de Trajeto: acidente ocorrido no trajeto entre a residência e o local de trabalho do segurado, e vice-versa e;
- 3) Doença Profissional ou do Trabalho: doença profissional é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinado ramo de atividade constante do Anexo II do Regulamento da Previdência Social (RPS), já doença do trabalho aquela adquirida

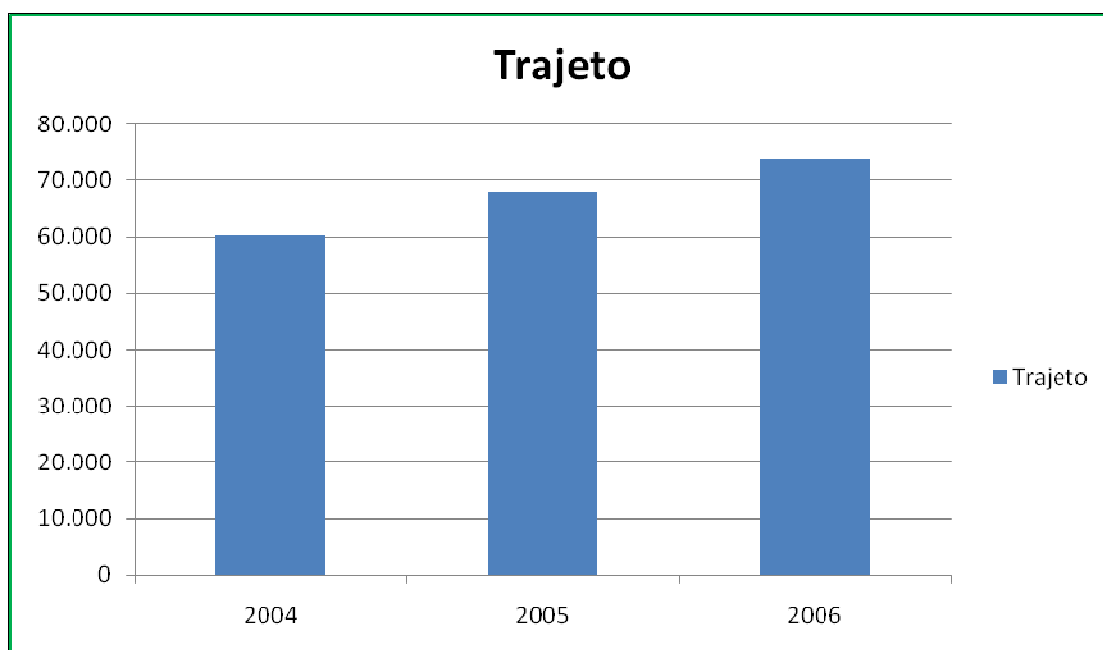
em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, e desde que conste também no Anexo II.



2004 foram 375.171 acidentes

2005 foram 398.613 acidentes

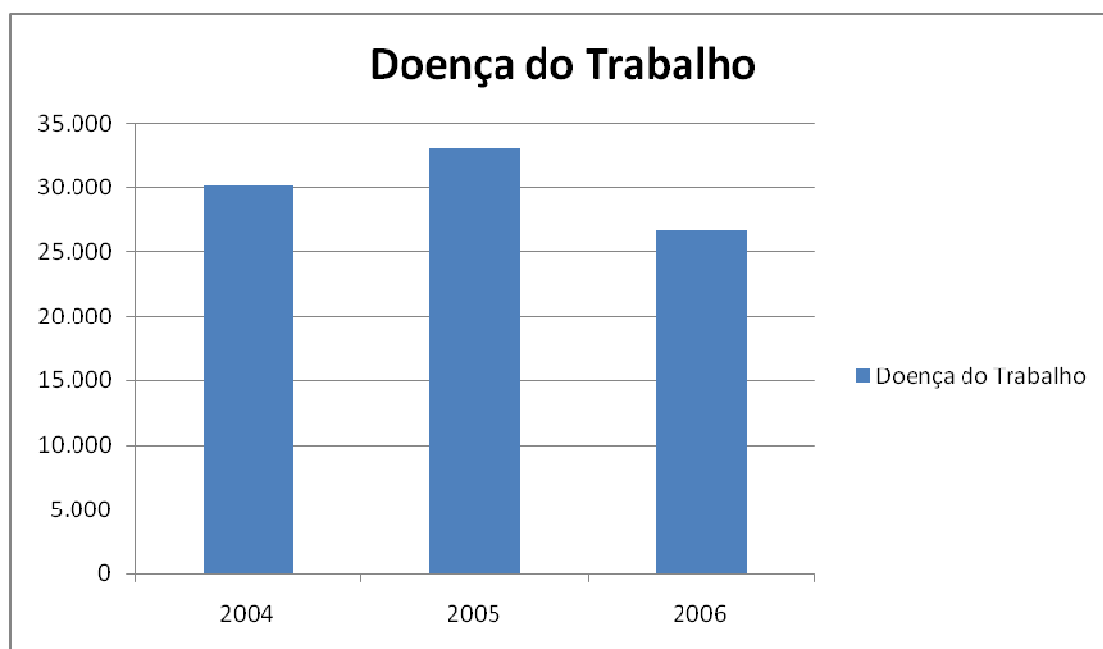
2006 foram 403.264 acidentes



2004 foram 60.335 acidentes

2005 foram 67.971 acidentes

2006 foram 73.981 acidentes



2004 foram 30.194 acidentes

2005 foram 33.096 acidentes

2006 foram 26.645 acidentes

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2006.<sup>13</sup>

### Acidentes do trabalho e mortes

#### No Brasil

Ano	Acidentes	Mortes
2001	340.251	2.753
2002	393.071	2.968
2003	390.180	2.582

#### No Pará

Ano	Acidentes	Mortes
2001	5.070	98
2002	6.425	95
2003	6.401	109

Fonte: Delegacia Regional do Trabalho (DRT)<sup>14</sup> do Pará

Hoje, no ano de 2008, o estado da Bahia está em 1º lugar em mortes no trabalho. Lá observamos maior proporção de mortes em acidentes de trabalho do país, apesar de estar em 7º lugar no ranking dos Estados quanto ao número de acidentes. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego revelam que, em 2006, 121 pessoas morreram e outras 687 ficaram incapacitadas permanentemente no Estado. No Brasil, em média, 2.500 trabalhadores morrem vítimas de acidentes de trabalho por ano, quer seja no trajeto de casa

<sup>13</sup> Este Anuário é desenvolvido em parceria do Ministério da Previdência Social com o Ministério do Trabalho e Emprego, com base nas informações coletadas pelo INSS através das CAT's

<sup>14</sup> A Delegacia Regional do Trabalho é uma unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

para o trabalho, no próprio ambiente de trabalho ou vítimas de doenças ocupacionais.

O Estado, que tem a sexta maior economia do País, ocupa a sétima posição na quantidade de registros de acidentes de trabalho, sendo superado por São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Mas é o primeiro em número de casos dentre os demais Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na maioria dos casos, as subnotificações de acidentes são maiores que os números oficiais divulgados. Isso se dá, principalmente, com as atividades terceirizadas, tanto na construção civil, onde está os maiores índices, quanto na indústria.

A DRT regional conta apenas com 147 fiscais para fiscalizar trabalhadores com carteiras assinadas em sete regiões do Estado. O setor da construção civil, por causa da rotatividade constante da mão-de-obra, é um dos mais visados pela fiscalização. A cada 40 dias tem que retornar aos locais já fiscalizados, pois a mão-de-obra já é outra e isso facilita o não-cumprimento das normas de segurança.

Este ano, a DRT está elaborando 14 projetos de atuação da fiscalização em setores específicos da economia, com ênfase para a atividade agrícola e a construção civil. Com a mesma importância da fiscalização, a implantação de planos de manejo de riscos por parte das empresas, é um fator preponderante para diminuir os riscos de acidentes. Além do não-cumprimento das normas de trabalho, como jornada excessiva e ausência de equipamentos de proteção individual, muitas empresas sonegam informações que envolvam acidentes de trabalho.

De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social de 2007, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registrou 653 mil acidentes de trabalho, número 27,5% maior que em 2006. É o que mostra esse aumento, que a princípio pode preocupar, é na realidade resultado do combate à



subnotificação do acidente de trabalho, desde a adoção do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) em abril de 2007. Desde então, o benefício que antes era registrado como não-acidentário passou a ser identificado como acidentário, a partir da correlação entre as causas do afastamento e o setor de atividade do trabalhador contribuinte.

Isso contribuiu, na quase totalidade, para que o número de acidentes de trabalho registrados em 2007 aumentasse de 512,2 mil para 653 mil. Do total, os acidentes típicos - decorrentes da atividade profissional – representam 80,7% dos acidentes registrados. Os de trajeto – ocorridos entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa – respondem por 15,3% e, as doenças do trabalho, por 4%.

No capítulo dos acidentes de trabalho liquidados (cujo processamento foi concluído no ano de referência), a boa notícia foi a queda de 8,2% dos acidentes causadores de incapacidade permanente (de 9.203 para 8.504). Outro destaque é que o número de mortes em 2007, embora tenha sofrido ligeiro aumento, manteve-se no mesmo patamar de 2006, passando de 2,798 mil para 2,804 mil.

Ainda no capítulo dos acidentes de trabalho liquidados, a notificação pelo NTEP foi decisiva para praticamente dobrar o número de acidentes responsáveis por afastamentos superiores a 15 dias, passando de 149,9 mil, em 2006, para 281,7 mil no ano passado.

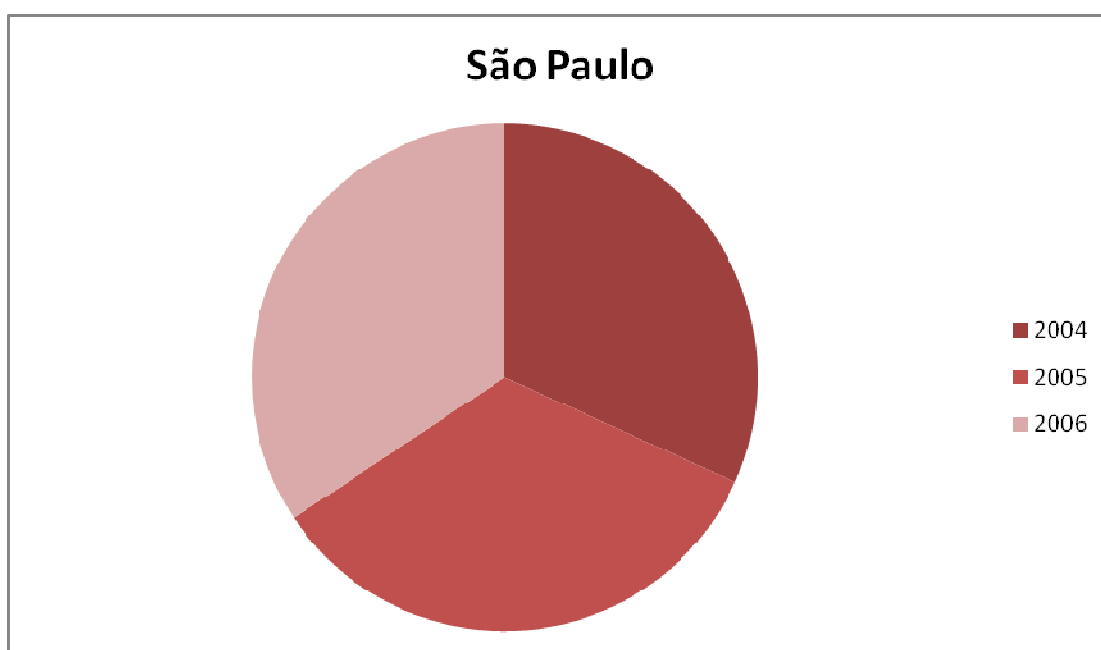
Do total dos benefícios concedidos por período superior a 15 dias, os acidentes ou doenças do trabalho que mais provocaram os afastamentos em 2007 foram: o acidente típico que representa 51,5%; LER/Dort<sup>15</sup> (34,7%);

---

<sup>15</sup> Dá-se o nome de LER ao conjunto de doenças causadas por esforço repetitivo. A LER envolve tenossinovite, tendinite, bursite e outras doenças. Embora conhecida há mais de 100 anos as LER tornaram-se, a partir da década de 1990, muito frequentes devido ao advento da informática e dos computadores. A LER também é conhecida como lesão por trauma cumulativo. Muitos estudiosos e instituições já preferem chamar as LER de DORT- doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho. AS LER/DORT podem ser causadas por esforço repetitivo devido a má postura, stress ou trabalho excessivo. Também certos esportes se praticados intensivamente podem causar LER.

transtornos mentais e comportamentais (2,8%); doenças do sistema nervoso (2,7%); e doenças do aparelho circulatório (0,9%).

Analisando o Estado de São Paulo:



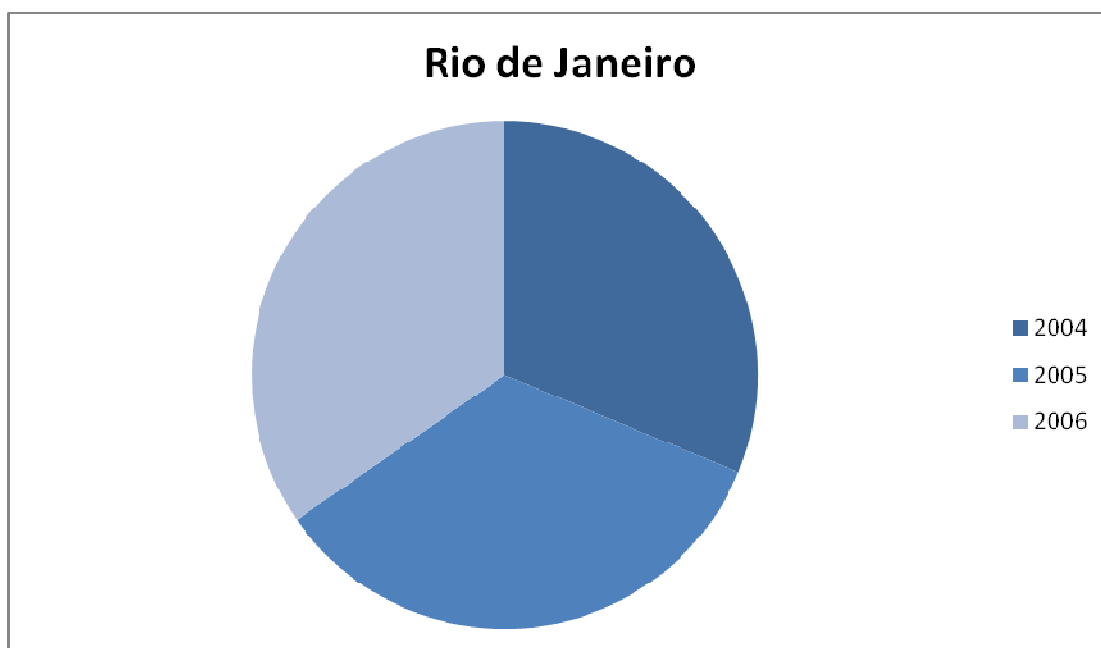
São Paulo é o campeão em Acidentes do Trabalho.

Em 2004 foram 173.412 acidentes

Em 2005 foram 185.723 acidentes

Em 2006 foram 188.477 acidentes

O Rio de Janeiro ocupa a 5ª colocação:



Em 2004 foram 32.225 acidentes

Em 2005 foram 35.059 acidentes

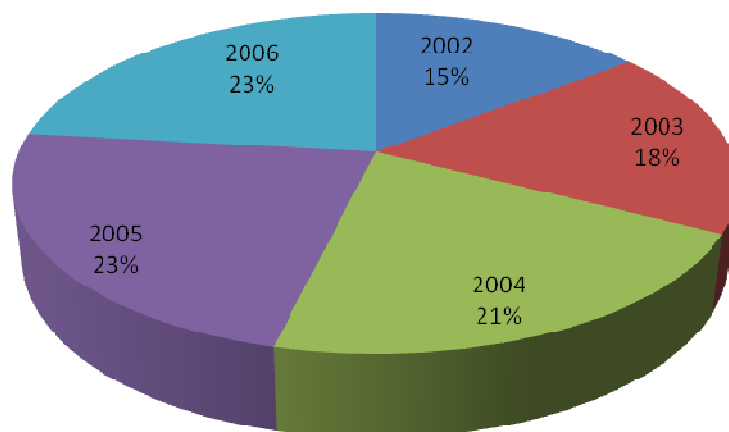
Em 2006 foram 35.741 acidentes

Fonte: Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) 2006.

Com relação a valores gastos pelo INSS, temos uma projeção em Manaus, que nos mostra um aumento significativo das despesas da Previdência Social com acidentes do trabalho, de 2002 até 2006.

**GASTOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COM PAGAMENTO DE  
BENEFÍCIOS DECORRENTES DE ACIDENTES DO TRABALHO EM  
MANAUS**

<b>ANO</b>	<b>BILHÕES</b>
<b>2002</b>	<b>2,75</b>
<b>2003</b>	<b>3,40</b>
<b>2004</b>	<b>4,00</b>
<b>2005</b>	<b>4,35</b>
<b>2006</b>	<b>4,38</b>



Fonte: INSS/AM

## CAPÍTULO 3

### AÇÃO REGRESSIVA COM FULCRO NO ARTIGO 120 DA LEI 8213/91

#### 3.1 Conceito e Aplicação

O direito de regresso do INSS surgiu do fato de que freqüentemente pessoas (no caso em questão a Previdência Social) são obrigadas a suportar ônus resultantes de situações que foram causadas por terceiros. Estes ônus lhes cabem, a princípio, pela responsabilidade objetiva a que está sujeito ou simplesmente pela situação de fato que se impõe.

Apesar de, num primeiro momento, arcarem com os ônus de tal fato, a lei lhes dá o direito de, regressivamente, receber do verdadeiro culpado aquilo que despenderam. Esta regressividade se dá através da chamada ação regressiva e o direito à ela, a muito tempo, se encontra no nosso ordenamento jurídico (CC/16- art. 1.524). O direito de regresso estava previsto, podendo ser acionado por quem quer que tenha despendido pecúnia por fato cuja culpa, total ou parcialmente, podia ser atribuída a outrem. Assim, a responsabilidade daquele que pagou pode ser amenizada com a *restitutio in integrum*<sup>16</sup>.

*Art. 1.524 CC/16: O que ressarcir o dano causado por outrem, se este não for descendente seu, pode reaver, daquele por quem pagou, o que houver pago.*

*Art. 159 CC/16 Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.*

---

<sup>16</sup> O *restitutio in integrum* vem do Direito Romano e representava a restituição integral de valores envolvida na relação jurídica. Era medida jurídica de cancelamento do negócio realizado com defeito, estabelecendo o “status quo ante”, como se tal ato não tivesse ocorrido.

Hoje, no Novo Código Civil, em seu art. 934, assegura que *aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.*

O art. 186 dispõe que *aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.* E fechando o raciocínio, vem o art. 927 e diz que *aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

As normas citadas já servem para garantir o direito de regresso daquele que arcou com o ônus em face daquele que deu azo ao fato ocorrido em razão de negligência. Esta situação não é rara, e, em especial, no que tange ao INSS. Pelo Brasil a fora, muitas empresas deixam de fornecer equipamento de segurança, criando um ambiente propenso ao acontecimento de acidentes de trabalho. E, infelizmente, eles acontecem por este fato na grande parte dos casos. O INSS é o agente que acaba suportando os ônus pelo resultado destes acidentes.

Neste aspecto, Lazzari e Castro<sup>17</sup> afirmam que: *apesar da exigência legal de adoção, pelo empregador, de normas de higiene e segurança no trabalho, e da imposição de indenização por danos causados, em casos de conduta comissiva ou omissiva de empregador, o número de acidentados é absurdo. O aspecto da prevenção, em regra, é relegado a segundo plano pelas empresas, sendo a razão de tais números.*

Os acidentes acontecem aos milhares, em grande parte com óbitos, e o INSS, por força da lei que ampara os contribuintes / beneficiários, acaba assumindo o ônus de pagar o benefício indicado ao caso. Contudo, nestes casos (que são muito comuns) em que o acidente acontece pela falta de

---

<sup>17</sup> CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: LTR, 2002. p. 435.

equipamentos de segurança, é a empresa, na qual ocorreu o acidente, responsável por este em face da sua omissão, vez que não cumpriu a lei, não fornecendo e/ou não obrigando os trabalhadores ao seu uso.

A solidariedade social não pode abrigar condutas deploráveis como a do empregador que não forneça condições de trabalho indene de riscos de acidentes. Nestes casos, o INSS pode e deve ir em busca da indenização para recompor os cofres públicos do dano que a empresa deu causa.

Os artigos 186, 927 e 934 CC já seriam suficientes para permitir que o INSS fosse em busca do que despendeu por culpa de uma empresa. Contudo, o legislador foi mais específico, criando norma especial para o INSS buscar as indenizações que tem direito. Assim, a ação regressiva ficou com a sua cerne fincada nos artigos 120 da Lei n.º 8.213/91.

*Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá **ação regressiva** contra os responsáveis.*

De acordo com o Procurador do INSS/SP, Daniel Pulino<sup>18</sup>:

*“Trata-se de um importante mecanismo de prevenção de inúmeros acidentes de trabalho e de ressarcimento dos gastos a eles conseqüentes. Todavia, o sucesso na utilização dessas ações regressivas, depende, em grande medida, de se correto ajuizamento pelo INSS e, em última análise, do seu julgamento por nossas egrégias Cortes”.*

Conforme Wladimir Novaes Martinez,<sup>19</sup> *“em certas circunstâncias essa desatenção da empresa beira a imperícia e a imprudência do trabalhador, mas*

---

<sup>18</sup> PULINO, Daniel. Acidente do Trabalho: Ação Regressiva contra as empresas negligentes quanto à segurança e higiene do Trabalho. Revista da Previdência Social. Rio de Janeiro, n. 182, p. 06, jan. 1996.

*normalmente é resultante de negligência. Nessa última hipótese, porém, caracterizada a culpa da empresa, a lei autoriza ação regressiva por parte da autarquia federal contra os infratores”*

É importante ressaltar que inexistente qualquer contrato de seguro ou avença entre o INSS e a empresa, sendo descabido o raciocínio de direito civil sob a ótica obrigacional desenvolvido na contestação. A responsabilidade no caso é ex lege e não contratual. Estabelecendo a lei o direito de regresso no caso de culpa da empresa, a obrigação existe independentemente de qualquer outro fator. A intenção do legislador foi coibir a negligência, imprudência ou imperícia das empresas com relação a segurança do trabalho, tornando mais caro o sinistro do que a adoção das medidas de segurança aptas a evitá-lo.

Em tese, somente não haverá reembolso ao INSS quando o fato lesivo tenha ocorrido por força maior, caso fortuito totalmente imprevisível ou culpa exclusiva do trabalhador que não usou os meios de segurança que estavam a sua disposição. Em todos os outros casos deve-se assegurar o direito de regresso, pois a vida e a saúde do trabalhador devem estar em primeiro lugar, antes dos lucros.

O Regulamento da Previdência Social (Decreto n.º 3.048/99) também repetiu a matéria no seu art. 341:

*Art. 341. Nos casos de negligência quanto às normas de segurança e saúde do trabalho indicadas para a proteção individual e coletiva, a previdência social proporá ação regressiva contra os responsáveis.*

Destarte, o legislador, ao mesmo tempo em que não deixou o segurado desprotegido e dependente da atuação do empregador (tal qual era antigamente), deu ao INSS a possibilidade de reaver o montante que o Poder

---

<sup>19</sup> MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Comentários à Lei Básica da Previdência Social*, Tomo II. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2003. p. 482.



Público despende em virtude de acidente de trabalho causado, total ou em parte, por ação negligente do empregador.

A finalidade da ação regressiva é o ressarcimento, pelo INSS, dos recursos (erário previdenciário), que foram gastos com acidente de trabalho que poderiam ter sido evitados, se os causadores do acidente e do dano não tivessem agido com culpa. Quando se tratam de casos que vitimam de alguma forma as pessoas da sociedade, a legislação busca, primeiramente, meios de inculcar a prevenção. Seja através de propaganda, de imposição de deveres, de auxílios financeiros, etc., o Poder Público, de alguma forma, busca impedir que os infortúnios aconteçam. Muitos são, destarte, os instrumentos que o Poder Público lança para cumprir com as suas obrigações.

A ação regressiva com fulcro no art. 120 da Lei n.º 8.213/91 é um destes instrumentos, que tem, aliás, uma função dupla. Além de devolver aos cofres públicos a verba que o Poder Público não deveria ter gasto se as empresas que criam ambiente para o acontecimento de acidentes cumprissem o dever que a lei lhes impõe, possui outra que certamente é a mais importante: A FUNÇÃO PREVENTIVA.

O artigo citado tem por objetivo mostrar àqueles que não cumprem as regras afetas ao direito acidentário que irão arcar, no caso da ocorrência do infortúnio, com as despesas dele advindas.

A ação de regresso que o INSS propõe visa, não só, reaver do responsável pelo infortúnio do trabalho o que efetivamente se gastou, mas objetivamente, forçar as empresas a tomar as medidas profiláticas de higiene e segurança do trabalho. A fim de que a longo espaço de tempo o número de acidentes de trabalho diminua.

De acordo com Dr. Sérgio Luís R. Marques<sup>20</sup>: *é de interesse não só do acidentado, como de toda a sociedade, que vê estirpado de seu âmagô*

---

<sup>20</sup> MARQUES, Sérgio Luís. Ação regressiva e o INSS. Revista da Previdência Social. Rio de Janeiro, n. 187, p. 10, jun. 1996.

*indivíduo, muitas vezes, no limiar de sua capacidade produtiva, com prejuízos para todos.*

Portanto, a presente ação vem defender a sociedade por dois lados. No instante inicial recebendo de volta o que pagou por culpa de terceiro. Em seguida, inculcando a prevenção nas empresas, para assegurar o bom e salutar ambiente de trabalho.

Tal medida também servirá de incentivo para prevenção de acidentes e redução de despesas do INSS. Quem tem legitimidade ativa para propor essa ação é o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS; e quem tem a Representação é a PFE – INSS (PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSS). O foro competente para ajuizar essa ação é a Justiça Federal do domicílio do réu ou local do acidente (havendo vários estabelecimentos). Tal fato se deve em razão da posição traçada pela Constituição Federal, pois o INSS, como autarquia federal que é, lhe firma a competência. Nestes termos o artigo 109, inciso I, da Constituição Federal:

*Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:*  
*I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.*

O prazo prescricional dessas ações no novo Código Civil (CC/02), é de 3 (três) anos, já que houve estipulação de prazo prescricional para a ação de indenização; ao contrário do código anterior. Era aplicável o prazo do artigo 177, 20 (vinte) anos.

*Art. 177 CC/16. As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em 20 (vinte) anos, as reais em 10 (dez), entre presentes, e entre ausentes, em 15 (quinze), contados da data em que poderiam ter sido propostas.*

O fato de ser proposta por ente público não desnatura a sua essência. O artigo 206, parágrafo 3.º, inciso V, do CC/02, determina:

*Prescreve:*

*§ 3.º Em três anos:*

*V - a pretensão de reparação civil;*

É importante mencionar que a RESPONSABILIDADE da empresa para com o órgão previdenciário é SUBJETIVA, pois se funda na culpa do empregador, especificamente quanto à negligência na observância das normas de segurança e higiene do trabalho. Esta responsabilidade está enraizada na premissa de que os danos gerados ao INSS a partir desse acidente não devem ser suportados por toda sociedade. Não cabe aos cidadãos arcarem com um risco adicional, que advém do descumprimento (em muitos casos ostensivos) da legislação que tutela o trabalho.

Em se tratando da responsabilidade do INSS com relação aos seus beneficiários, esta se diz objetiva, já que se pauta no princípio da solidariedade, e este pressupõe que todos os membros da sociedade, representados pelo Estado, deve arcar com as contingências sociais que afligem o trabalhador, mesmo que estas se originem por culpa da empresa.

Quanto aos fatos a serem provados nessas ações regressivas, podemos mencionar o EFETIVO pagamento das despesas com o trabalhador acidentado e a negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho. Já o pedido deve estar pautado no reembolso dos gastos efetuados com o benefício acidentário, devidamente comprovados com os documentos do INSS.

### 3.2 JURISPRUDÊNCIA

Antes de analisarmos o jurisprudência sobre as ações regressivas, segue um breve apanhado sobre Processo Civil, que será útil quando nos depararmos com os acórdãos.

A 1ª instância é a primeira fase do processo judicial, que acaba com a decisão de primeira instância (sentença). Decisão de 1ª instância, também denominada sentença, é a decisão proferida por um juiz de direito que põe fim à primeira instância. A parte derrotada pode recorrer desta decisão para a segunda instância.

A 2ª instância é a fase que tem início com o recurso interposto pela parte da decisão de primeira instância. O TRF (Tribunal Regional Federal) é a segunda instância da Justiça Federal. Decisão de 2ª instância é a decisão proferida por um colegiado composto de três juízes (no Tribunal de Justiça esses juízes são chamados desembargadores). A decisão de segunda instância chama-se acórdão.

Na verdade não existe uma “3ª instância” propriamente dita, pois não é todo processo que é julgado pelo STJ ou pelo STF, mas somente aqueles que preenchem certos requisitos impostos pela Constituição Federal. Porém podemos indicar como “3ª instância” aquela que tem início com a interposição de recurso especial e/ou extraordinário pela parte. Recurso Especial é o nome do recurso endereçado ao STJ, cabível somente na hipótese da decisão de segunda instância contrariar lei federal. Recurso Extraordinário - é o nome do recurso endereçado ao STF, cabível somente na hipótese da decisão de segunda instância contraria a Constituição Federal. O STJ é a última instância em matéria de lei federal e o STF é a última instância em matéria constitucional.

Para uma maior concretude de resultados, analisaremos apenas acórdãos. Dois serão favoráveis ao INSS, um julgado parcialmente devido a culpa concorrente diagnosticada e dois desfavoráveis.

# **1. APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.71.00.006890-1/RS**

Relator: Des. Federal CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ

Apelante: TONIOLO BUSNELLO S/A TUNEIS TERRAPLENAGENS E PAVIMENTACOES

Apelado: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

## **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS. ART. 120 DA LEI 8.213/91.1. Restando **comprovada nos autos a conduta negligente do empregador**, que ocasionou o acidente laboral do qual resultou a morte de seu funcionário, **há que ser ressarcida a autarquia previdenciária dos gastos efetuados com a pensão** recebida pela viúva, nos termos do art. 120 da Lei nº 8.213/91.**Improvemento do apelo.**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de apelação interposta em face de sentença que julgou parcialmente procedente ação regressiva ajuizada pelo INSS, responsabilizando a apelante pela morte do Sr. Luís Carlos Bortoncello - que fora seu funcionário e faleceu em face de acidente laboral - e condenando-a ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas da pensão paga pela autarquia previdenciária à viúva do de cujus.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

Não merece provimento o apelo. Isso porque o laudo pericial constante dos autos não deixa dúvidas quanto à **responsabilidade do empregador pela**

**ocorrência do acidente laboral em comento** e, conseqüentemente, pela morte de seu funcionário, devendo portanto arcar com as despesas relativas à pensão recebida por sua viúva.

Diversos fatores caracterizam a conduta culposa da apelante, mormente no que tange ao não-oferecimento, ao seu funcionário, do treinamento adequado e recomendável à operação da máquina escavadeira hidráulica que utilizava à ocasião do acidente. As conclusões do perito no que tange à capacitação oferecida pela empresa ao de cujus: "Suas Instruções e treinamentos sempre foram verbais e não documentados; recebendo treinamento genérico e não específico para cada função, especialmente sobre como proceder em caso de falha de procedimento, pavor, emergência ou susto, como por exemplo não desatar o cinto de segurança ou abandonar o equipamento em desequilíbrio como foi o caso em que a vítima poderia ter interrompido o movimento da máquina, desligando-a quando encavalou, e não tentando manobrá-la, ajeitá-la, ou ainda em vez de permanecer fixo no assento, abandonando-a, sendo que a mesma se projetou sobre a vítima".

Refira-se, ainda, que após tecer considerações técnicas sobre o equipamento utilizado na função que estava sendo exercida pela vítima, qual seja, o descarregamento de lajes pré-moldadas, o expert é claro ao referir que o equipamento oferecido pela apelante para seu funcionário não era adequado: "O apropriado nesta operação seria a utilização de uma torre de grua ou guindaste fixo, que utilizam cabos ou tirantes compridos; realizando movimentos horizontais, verticais e circulatório, lenta e regularmente, em vez da carregadeira hidráulica, que sujeita a um torque e, em condições inseguras necessitando descarregar, pode desequilibrar-se mais facilmente" .

**Assim sendo, acertada a decisão a quo ao referir que restou comprovada a conduta negligente da ora apelante em relação ao caso, responsabilizando-se, portanto, pela reparação do dano em sede de ação regressiva do INSS.**

Por oportuno, cabe citar jurisprudência análoga desta Corte:

ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA O EMPREGADOR. CABIMENTO. NEGLIGÊNCIA DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE. PROVA DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1. É constitucional o art. 120 da Lei 8.213/91. **O fato das empresas contribuírem para o custeio do regime geral de previdência social, mediante o recolhimento de tributos e contribuições sociais, dentre estas aquela destinada ao seguro de acidente do trabalho - SAT, não exclui a responsabilidade nos casos de acidente de trabalho decorrentes de culpa sua, por inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho.**

2. É dever da empresa fiscalizar o cumprimento das determinações e procedimentos de segurança do trabalho. Nesse prisma, a não-adoção de precauções recomendáveis, se não constitui a causa em si do acidente, evidencia negligência da empresa que, com **sua conduta omissiva, deixou de evitar o acidente, sendo responsável, pois, pela reparação do dano**, inclusive em ação regressiva ajuizada pelo INSS.

3. A efetiva execução da sentença condenatória proferida na ação regressiva (processo de conhecimento) se fará mediante comprovação dos pagamentos efetuados pelo INSS, vencidos e vincendos.

(TRF 4ª Região - APELAÇÃO CÍVEL - Processo: 2000.72.02.000687-7/SC TERCEIRA TURMA - DJU: 13/11/2002 Pg: 973 Relator: Francisco Donizete Gomes)

## VOTO

Quanto à preliminar de que o procedimento criminal aberto para apurar a responsabilidade criminal pela infortúnica ocorrida com o Sr. Luís Carlos Bortoncello restou arquivado, com o que fulminado restaria o auto de infração lavrado pela Delegacia Regional do Trabalho. Segundo entendimento esposado em precedente do STJ: "O arquivamento do inquérito, a requerimento do Ministério Público faz coisa julgada formal, somente ensejando a reabertura do caso com novas provas. (Súmula 524 do STF)". Assim sendo, de todo infundada a preliminar argüida pela parte ré, pois, inexistente coisa julgada material, não há sequer falar em produção de efeitos secundários na esfera



cível, nos termos do disposto nos arts. 65 a 67 do CPP. Por essas razões, afasta-se esta preliminar argüida pela parte ré.

Quanto à preliminar de ilegitimidade ativa 'ad causam' argüida pela parte ré. Reporta-se esta Julgadora às bem lançadas razões exaradas pelo Juízo então condutor do feito, à fl. 95: "não há dúvida de que o INSS pode ajuizar a presente ação, na forma que fez, ficando o empregador (a parte ré) obrigada a indenização no caso de ter havido culpa ou dolo de sua parte. Aliás, existe fundamento constitucional para que o INSS ajuíze esta ação, como consta do art. 7º-XXVIII da CF/88: 'seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa'. Há, em tese, direito de regresso do INSS contra a parte ré, que justifica a presente ação. Se há ou não responsabilidade concreta, isso é questão que diz respeito com o mérito e será apreciado no momento oportuno. Mas é certo que há legitimidade ativa do INSS para a propositura desta ação. Rejeito a preliminar de ilegitimidade ativa que suscitou a parte ré."

Ademais, pacífica a jurisprudência do nosso Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região quanto à possibilidade de ajuizamento de ação regressiva por parte do INSS contra empregador, forte no art. 120 da Lei nº 8.213/91 ('Nos casos de negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.'). Por oportuno, cita-se excertos de três acórdãos:

**'CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA. ACIDENTE DE TRABALHO. INSS. NEGLIGÊNCIA DO EMPREGADOR.**

O art. 120 da Lei nº 8.213/91 não deixa dúvidas quanto à possibilidade de o órgão previdenciário poder pleitear regressivamente os danos que tiver que suportar em face de lesão derivada de conduta negligente do empregador quanto à higiene e segurança do trabalho. Hipótese em que é devida a indenização porque o evento não decorreu de culpa da vítima, caso fortuito ou

força maior.' (AC n° 222788, Terceira Turma, Relator Des. Federal Paulo Afonso Brum Vaz, 25/05/2000).

'ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA O EMPREGADOR. CABIMENTO. NEGLIGÊNCIA DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE. PROVA DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1. É constitucional o art. 120 da Lei n° 8.213/91. O fato das empresas contribuírem para o custeio do regime geral de previdência social, mediante o recolhimento de tributos e contribuições sociais, dentre estas aquela destinada ao seguro de acidente de trabalho - SAT, não exclui a responsabilidade nos casos de acidente de trabalho decorrentes de culpa sua, por inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho. 2. É dever da empresa fiscalizar o cumprimento das determinações e procedimentos de segurança do trabalho. Nesse prisma, a não-adoção de precauções recomendáveis, se não constitui a causa em si do acidente, evidencia negligência da empresa que, com sua conduta omissiva, deixou de evitar o acidente, sendo responsável, pois, pela reparação do dano, inclusive em ação regressiva ajuizada pelo INSS. (...)' (AC n° 457773, Terceira Turma, Relator Juiz Francisco Donizete Gomes, 24.09.2002).

ACIDENTE DE TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA O EMPREGADOR. CABIMENTO. NEGLIGÊNCIA DA EMPRESA. RESPONSABILIDADE. PROVA DO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.

1. É constitucional o art. 120 da Lei 8.213/91. O fato das empresas contribuírem para o custeio do regime geral de previdência social, mediante o recolhimento de tributos e contribuições sociais, dentre estas aquela destinada ao seguro de acidente do trabalho - SAT, não exclui a responsabilidade nos casos de acidente de trabalho decorrentes de culpa sua, por inobservância das normas de segurança e higiene do trabalho. 2. É dever da empresa fiscalizar o cumprimento das determinações e procedimentos de segurança do trabalho. Nesse prisma, a não-adoção de precauções recomendáveis, se não constitui a causa em si do acidente, evidencia negligência da empresa que, com

sua conduta omissiva, deixou de evitar o acidente, sendo responsável, pois, pela reparação do dano, inclusive em ação regressiva ajuizada pelo INSS.

3. A efetiva execução da sentença condenatória proferida na ação regressiva (processo de conhecimento) se fará mediante comprovação dos pagamentos efetuados pelo INSS, vencidos e vincendos.

(TRF 4ª Região - APELAÇÃO CÍVEL - Processo: 2000.72.02.000687-7/SC TERCEIRA TURMA - DJU: 13/11/2002 Pg: 973 Relator: Francisco Donizete Gomes)

## **2. APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.04.01.064226-6/SC**

Relatora : JUÍZA TAÍS SCHILLING FERRAZ

Apelante : CARBONIFERA METROPOLITANA S/A

Apelante : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Apelado : (Os mesmos)

### **EMENTA**

ADMINISTRATIVO. ACIDENTE DO TRABALHO. NEGLIGÊNCIA DA EMPREGADORA. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS.

1. A presença de erro material no dispositivo da sentença não caracteriza a sua nulidade. Pela análise da fundamentação, verifica-se apenas que houve equívoco do julgador ao relacionar as parcelas devidas pelas partes, referindo-se à aposentadoria por tempo de serviço, quando pretendia dizer aposentadoria por invalidez.

2. Tendo ficado comprovado, nos autos, que a **empresa agiu com negligência, ao não treinar devidamente o empregado para a função a ser desempenhada, e ao não tomar as medidas de prevenção cabíveis, deve indenizar o INSS pelos pagamentos feitos ao acidentado**, sob a rubrica de

auxílio-doença acidentário e aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 120 da Lei 8.213/91.

3. Não incide, no caso, a norma que trata do fator previdenciário, pois este serve apenas para calcular o valor do benefício. O direito de regresso previsto na Lei de Benefícios é quanto às parcelas efetivamente pagas pela Previdência ao segurado ou seus dependentes. A utilização de idade estimativa, como pretendido pelo INSS, condenaria a empresa ré no pagamento de valor maior ou menor do que aquele que vier a ser pago ao segurado. A condenação é certa, decorre de direito de regresso, e não se confunde com a que resulta da responsabilidade civil, esta última dirigida à vítima e sucessores.

4. Apelação da autora desprovida, e da ré, provida em parte.

## **RELATÓRIO**

Trata-se de ação regressiva de cobrança ajuizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra Carbonífera Metropolitana. Narra o autor, à inicial, que em 18 de julho de 1997 o Sr. Antenor Santo Ruzza, bombeiro de subsolo, conduzia o veículo de transporte de material-TTA, carregado com madeira, quando perdeu a direção, devido o grande número de buracos, e colidiu com uma lateral da galeria do subsolo, derrubando-a, e sendo atingido por uma viga de concreto.

Afirma que a vítima não recebeu nenhum treinamento específico, pois estava exercendo a função de ajudante em substituição a outros profissionais em férias. Alega que o laudo técnico da Delegacia Regional do Trabalho (Processo n.º 46220006697/97-26) concluiu ter havido conduta negligente da ré, além de ter constatado a presença de diversos buracos no local do acidente, o que torna necessário o manuseio das máquinas de forma perigosa, aumentando o risco de acidentes. Assevera que, no caso em tela, o acidentado perdeu a plena capacidade laboral, passando a receber auxílio-doença e, a

seguir, aposentadoria por invalidez, com acréscimo de 25% na renda mensal devido à necessidade de acompanhante. Postula a condenação da ré no ressarcimento dos valores pagos e a serem pagos sob a rubrica dos benefícios referidos, acrescidos de juros e correção monetária, nos termos do art. 930 do Código Civil. Calcula o valor total do débito em R\$ 255.463,93.

A ré, em contestação, afirma que há culpa exclusiva da vítima, que conhecia os buracos existentes no trajeto, e dirigiu sem a cautela necessária. Sustenta, assim, que não tem obrigação de reparar o dano.

Encerrada a instrução, sobreveio sentença, que julgou procedente o pedido, condenando a ré a ressarcir ao autor: (a) os valores pagos até a data do ajuizamento, a título de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez ao segurado Antenor Santo Ruzza, valores que deverão ser corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora de 6% ao ano, a partir do vencimento de cada parcela; e (b) os valores que vierem a ser pagos a título de aposentadoria por tempo de serviço, devendo a empresa ré constituir um capital capaz de suportar tal ressarcimento, nos termos do art. 602 do Código de Processo Civil. Ficou assentado que as parcelas vencidas serão liquidadas por mero cálculo, e as vincendas, por cálculo do contador. Os honorários foram fixados em 10% do valor da causa.

Apela a ré, afirmando que a máquina TTA se desloca a uma velocidade de 15 a 20 km/h, e que as provas colhidas nos autos não permitem concluir que o acidente teria ocorrido em virtude das condições do piso. Ademais, se este não estivesse em boas condições, caberia à vítima dirigir com maior cautela e atenção. Explica que o trajeto tem quatro metros de largura, enquanto a TTA, apenas dois. Chama atenção para o depoimento prestado por Rui Bonacheski, segundo o qual, a vítima teria olhado para trás momentos antes do acidente. Assevera ter ficado demonstrado que o local era perfeitamente transitável, bem iluminado, e que a vítima possuía experiência na condução do veículo, desde 1995. Acrescenta que a sentença é ultra petita, pois o pedido do

autor não envolve valores que vierem a ser pagos a título de aposentadoria por tempo de serviço. Ressalta que cumpriu as obrigações de pagar o seguro de acidentes e comunicar o evento à Previdência Social, portanto, é desta a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios. Conclui que estaria sendo condenada a reparar o dano duas vezes, uma perante os familiares da vítima, e outra perante o autor. Postula a reforma da sentença no que concerne ao valor fixado a título de honorários advocatícios, na forma do art. 20, §5º, do CPC.

Apela o autor, afirmando que o pedido inicial abrange os pagamentos efetuados ao segurado por conta de auxílio doença e aposentadoria por invalidez, assim como os pagamentos a serem efetuados após o óbito do segurado, aos seus dependentes. Sustenta que a progressão de cálculo feita leva em conta a estimativa de vida do segurado, com extensão aos seus prováveis dependentes. Aduz que a expectativa de sobrevida já está prevista na Lei 8.213/91, art. 28, §7º, com a redação da Lei 9.876/99. Pleiteia a reforma da sentença, para que sejam incluídos na condenação, os valores mensais referentes aos benefícios, quaisquer que sejam, inclusive pensão por morte, que deverá pagar ao segurado e seus dependentes.

Com contra-razões, subiram os autos. O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimentos dos recursos.

## **VOTO**

Tendo sido proferida sentença de procedência, favorável, portanto, à autarquia autora, não se trata de hipótese de reexame necessário. A sentença condenou a ré no pagamento “dos valores suportados pela Previdência Social em razão da implantação dos benefícios previdenciários nºs 106.860.552-6 e 107.868.189-6 em favor do segurado Antenor Santo Ruzza, vítima de acidente ocorrido em 18.07.97 no interior da mina pertencente a empresa ré e que culminou na incapacidade do mesmo para o trabalho”. Há exata

correspondência, assim, com os pedidos feitos à inicial, quanto aos benefícios previdenciários referidos. Houve mero equívoco, pelo juízo a quo, que fez constar no item “b” do dispositivo, “aposentadoria por tempo de serviço” em vez de “aposentadoria por invalidez”, que configura erro material, mas que não gera, por isto mesmo, a nulidade da sentença. Rejeito, assim, a preliminar de nulidade alegada pela ré.

No mérito, a apelação da ré não merece provimento. Ficou devidamente comprovado nos autos que o piso da mina estava esburacado, o que forçava os motoristas a desviarem constantemente quando lá trafegavam. Assim, pouco importa que a mina tivesse um vão de cerca de quatro metros, se os motoristas não podiam andar em linha reta. A testemunha Jucemar Tasca informou ser comum a ocorrência de acidentes com o veículo TTA, nem todos como a noticiada nos autos (fl. 197), e que todo o piso continha muitos buracos, alguns há muitos meses sem conserto. Aceitável, assim, o argumento do INSS, no sentido de que os buracos forçariam os motoristas a passarem muito perto das vigas.

Um dos representantes legais da empresa admitiu, em juízo, que, em caso de colisão da TTA com a coluna, há perigo da viga tombar, e que podem ser tomadas medidas preventivas, como as que foram feitas **após o acidente** (fl.194). O relatório da CIPA, feito logo após o evento, traçou como metas o conserto do piso e o reforçamento das vigas, de modo a evitar que caíam no caso de batidas. A testemunha Rui Bonacheski confirma que o conserto do piso foi efetuado depois do acidente, e informa que não vinha sendo consertado desde 1988, quando o depoente lá começou a trabalhar.

Antenor era bombeiro e madeireiro, e, como tal, tinha a função de dirigir TTA. A testemunha Jucemar Tasca salientou que na superfície não ocorrem problemas na direção deste tipo de veículo, assim, o normal é exigir-se o treinamento para o trabalho nas minas. O representante legal da empresa, Cláudio Ivan Faraco, em depoimento já mencionado, afirmou que na época do

acidente exigia-se apenas carteira de habilitação e treinamento do condutor. Jucemar Tasca afirmou ter recebido orientação, como ajudante, por oito ou nove meses; Antenor, por outro lado, vítima nestes autos, trabalhou como seu ajudante por quinze ou vinte dias, e já assumiu a função, substituindo o motorista, que estava em férias. Rui Bonacheski trabalhou cinco anos como ajudante de motorista, de 1988 a 1993, somente após passou ao cargo de motorista de TTA. Afirmou, em juízo, que este era o procedimento seguido na empresa.

A testemunha Jorge Luiz Domingos sustentou que havia espaço suficiente para desviar do buraco (fl. 201). Tenho que isto apenas reforça a tese de que Antenor não estava devidamente treinado para a função, conclusão a que chegou o agente de inspeção do trabalho Roberto Claudio Lodetti: “ausência ou precária habilitação do acidentado, na condução de veículos desse tipo” (fl.215), fato agravado pelas condições do local. Referiu que “a lateral da galeria referida na inicial não estava devidamente fixada, pois a viga, somente com o seu peso, apoiava o teto, o que, sempre que o teto não cedesse, a sua sustentação acabava dependendo exclusivamente do peso da viga.”

Não bastasse, assim, a falta de treinamento adequado ao condutor, as condições do local demandavam tanto conserto quanto a tomada de medidas preventivas, estas citadas pelo próprio representante legal da requerida: “a fixação de mãos francesas entre a viga e a coluna, como foi feito em todo o plano da mina, após o acidente”.

Não ficou comprovado ter havido negligência ou imprudência do acidentado ao conduzir a TTA. É consenso, entre as pessoas ouvidas em juízo, que ninguém teria assistido ao acidente. Ressalva-se o testemunho de Rui Bonacheski, que estava dirigindo um jipe logo atrás de Antenor, e que afirma que este teria olhado para trás, momento em que “a TTA caiu em um buraco e veio a colidir com a lateral”. O engenheiro de segurança da empresa, Pedro



Bosse Neto, nega ter havido uma testemunha do ocorrido, confirmando que a pessoa mais próxima do local do acidente era o motorista que vinha logo atrás.

Portanto, a única pessoa que teria visto Antenor olhar para trás não é considerada testemunha do acidente nem pelo representante legal (conforme extrai-se do seu depoimento, fl. 109), nem pelo engenheiro de segurança da ré. Não ficou esclarecido, nos autos, qual a distância entre os dois veículos, nem se a iluminação permitia que a testemunha visse, com nítida certeza, aquilo que afirmou em juízo. Não é possível, assim, que apenas um singelo depoimento tenha o condão de reverter o julgamento, ainda mais quando ficou constatado que o treinamento dado ao acidentado era deficiente – e, nesses termos, talvez até fosse admissível que este olhasse para trás por alguns momentos.

De registrar, ademais, que os danos sofridos pela vítima não decorreram apenas da colisão com a galeria, que, em uma análise simplista talvez tenha ocorrido por culpa concorrente do motorista; mas os danos decorreram da queda de uma viga de concreto sobre o acidentado e, quanto a isto, a única conclusão a que se pode chegar é a de que não estava suficientemente fixa.

Comprovada a conduta culposa da parte ré, por negligência, e assegurado o direito regressivo da Previdência Social, nos termos do art. 120 da Lei 8.213/91 (“Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis”), cabe à empresa-empregadora indenizar à autora pelos pagamentos feitos ao acidentado, sob a rubrica de auxílio-doença acidentário, logo substituído pela aposentadoria por invalidez permanente.

Quanto à dupla penalização, assim refere o art. 121 da mesma lei: “o pagamento, pela Previdência Social, das prestações por acidente do trabalho não exclui a responsabilidade civil da empresa ou de outrem”. Passo à análise da apelação da autarquia autora. Como referido anteriormente, na análise das preliminares, a autora pleiteia, na inicial, o ressarcimento dos pagamentos

efetuados ao segurado a título de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Os seus cálculos fazem uma projeção que abrange a sobrevivência do segurado e o pagamento de pensão por morte a eventuais dependentes.

Não há como se ter certeza absoluta de que o acidentado sobreviva até os 65 anos (discriminativo de cálculo da fl. 55), ou 75 anos e 2 meses (razões de apelação da autora). Nem sequer há notícia nos autos de que este possua dependentes.

A Previdência Social, nos termos do art. 120 da Lei de Benefícios, dispositivo já referido acima, tem o direito de se ressarcir dos valores pagos aos segurados e dependentes. A lei não prevê o pagamento de indenização fundada na responsabilidade civil, esta sim, garantida à vítima e seus familiares (conforme a ressalva feita no artigo 121 da Lei 8.213). A estimativa de pagamento feita pelo INSS, é assim, muito abrangente e incerta, no sentido de que há o risco de que a situação prevista, totalmente hipotética neste momento, jamais venha a se concretizar. E, neste caso, a empresa ré estaria sendo condenada a ressarcir ao INSS valores que este não despendeu.

Não é caso de incidência do §7º do art. 29 da Lei 8.213/91, com a redação da Lei 9.876/99. O fator previdenciário, que leva em consideração a idade e a expectativa de sobrevivência, além do tempo de contribuição do segurado, serve apenas para o cálculo do valor do benefício. Não quer dizer que o benefício será pago exatamente durante aquele tempo ali estimado, pois nada impede que o pagamento cesse antes ou estenda-se além do tempo previsto. Se o segurado, no caso, ultrapassar os 65 anos, a obrigação do INSS persiste. A condenação, na hipótese, não alcança expectativa de sobrevivência, mas é certa e alcança apenas aquilo que de fato for pago.

Assim, está correta a sentença, ao condenar a requerida a ressarcir os valores já pagos, assim como as parcelas vincendas. Ressalto que a execução de tal montante, nestes autos, todavia, deve ficar limitada à data em que instaurada a execução. As parcelas posteriores a esse termo deverão ser

ressarcidas ao INSS na via administrativa, sob pena de eternização do processo.

Fica assegurado ao INSS, entretanto, o direito de requerer a execução forçada acaso não haja cumprimento das obrigações subseqüentes. Havendo condenação, os honorários devem ser calculados na forma do §3º do art. 20 do Código de Processo Civil, e não sobre o valor da causa. Nesta parte, portanto, dou provimento à apelação da ré, para fixar os honorários em 10% do valor das prestações vencidas (Súmula 111 do STJ). Isso posto, nego provimento à apelação da autora e dou parcial provimento à da ré, para fixar os honorários advocatícios em 10% do valor das parcelas vencidas, nos termos explicitados na fundamentação.

### **3) APELAÇÃO CÍVEL 2000.38.00.006757-4/MG**

Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL FAGUNDES DE DEUS

Convocado: JUIZ FEDERAL CESAR AUGUSTO BEARSI (CONV.)

Data da Decisão: 30/05/2007

Decisão: A Turma, à unanimidade, negou provimento à apelação do INSS e à remessa oficial .

### **EMENTA**

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE REGRESSIVA INSS x EMPRESA POR ACIDENTE DE TRABALHO - LEI 8213/91.

1. O art. 120 da Lei 8213/91 prevê o direito regressivo do INSS contra a empresa quando precise pagar benefício acidentário, mas o acidente tenha ocorrido por negligência da empresa quanto às normas de segurança.

2. Entretanto, o conjunto das provas, formado pelos relatórios e testemunhos elaborados perante a CIPA da empresa e a Delegacia do Trabalho, aponta que não houve culpa alguma da empresa no acidente, de modo que a indenização não é devida .

### 3. Apelação do INSS e remessa improvidas .

## **RELATÓRIO**

Trata-se de apelação do INSS e remessa oficial contra sentença que indeferiu pedido de ressarcimento de danos causados pela negligência de empresa, que gerou acidente de trabalho e o correspondente benefício. O ressarcimento busca base no art. 120 da Lei 8213/91.

Nas contra-razões a Apelada se filiou aos fundamentos da sentença. As litisdenúncias defenderam a impossibilidade de modificação da sentença contra elas, sob pena de supressão de instância .

## **VOTO**

O art. 120 da Lei 8213/91 prevê o direito regressivo do INSS contra a empresa quando precise pagar benefício acidentário, mas o acidente tenha ocorrido por negligência da empresa quanto às normas de segurança.

Confira-se o texto da norma :

Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis

A norma supra não esbarra em qualquer regra ou princípio constitucional e encontra plena razoabilidade, já que não pode o Sistema Securitário Social, do qual todos dependem, ficar sobrecarregado por conta da negligência de um empregador particular .

Não é pelo fato de serem pagas contribuições previdenciárias para custear os possíveis benefícios que fica o INSS impedido de obter o ressarcimento, até pelo simples fato de que existe norma autônoma, o já citado art. 120 da Lei 8.213/91, em plena vigência. Esta norma por si basta como

fundamento do direito regressivo e só se poderia negar-lhe aplicação diante da conflitância com norma superior o que não verifico.

Cabe apenas observar se no caso concreto há prova de negligência da empresa quanto a normas padrão de proteção individual, bem como verificar se esta seria uma causa eficiente do acidente que gerou o benefício acidentário. A resposta é negativa, como se verá da análise do conjunto de provas a seguir.

Os diversos documentos juntados aos autos, com análises e testemunhos colhidos pela CIPA da empresa e pelo Delegacia do Trabalho permitem inferir que o infeliz acontecimento se deu apenas em razão de falha na comunicação entre dois empregados.

Não existe nenhum documento no processo que aponte uma norma de segurança que a empresa tenha ferido, um equipamento que tenha deixado de fornecer ou qualquer outra providência, obrigatória por lei ou atos normativos, a qual tivesse deixado de observar .

O INSS na verdade quer se basear em meras hipóteses vagas levantadas pela Delegacia do Trabalho, quando em verdade o acidente não passou de falta de atenção de um empregado que interpretou mal uma ordem e acionou um equipamento no momento errado. Não é à toa que o relatório da CIPA sugere instalação de dispositivo contra “falta de atenção”.

A empresa não responde por falta de atenção de seus empregados, mas tão somente quando descumpre normas de segurança, quando deixa de fazer algo que é obrigada a fazer para manter a segurança no ambiente de trabalho. Nada disso aqui se vislumbra, pelo contrário, a detalhada descrição do processo produtivo mostra uma fábrica altamente sofisticada e automatizada onde há pouco espaço para erro humano .

Em suma e repetindo, não houve falha da empresa, mas sim de um empregado desatento e isto não dá direito ao INSS de indenização alguma.

Ante o exposto, voto pelo improvimento da apelação e da remessa.

**4) APELAÇÃO CÍVEL 2001.71.08.002874-0/RS**

Data da Decisão: 01/12/2003 Órgão Julgador: QUARTA TURMA

Relator EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR

Decisão

A TURMA, POR UNANIMIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

**EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DO TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA OS EMPREGADORES. ART. 120 DA LEI 8.213/91. INOCORRÊNCIA DE CULPA.

Não podendo o acidente ser evitado pelos EPIs usados, que eram os necessários aos trabalhos que executavam, é de ser considerado como caso fortuito, inexistindo relação de causalidade entre o comportamento das Rés e o fato, não podendo então lhes ser atribuída responsabilidade.

**RELATÓRIO**

Trata-se de ação regressiva de ressarcimento de danos, em que busca o INSS reaver os valores dispendidos em razão do falecimento do segurado SIDINEI RODRIGO GUIMARÃES, vitimado por acidente do trabalho sofrido em obra dos réus, sustentando que, de acordo com o relatório da Delegacia Regional do Trabalho, os réus foram negligentes em relação à segurança do trabalhador.

O juiz sentenciante julgou improcedente o pedido, entendendo não comprovado pelo INSS que o acidente que vitimou o trabalhador tenha decorrido de conduta negligente dos Réus, e por não ter demonstrado que a utilização de equipamentos de proteção adequados seria evitado o acidente ou o evento morte.

Irresignada, apela a autora, pugnando pela reforma da sentença, ao argumento que é dever da empresa fiscalizar o cumprimento das determinações e procedimentos de segurança, o que alega não cumprido pela parte ré. Repisa, ainda os argumentos expendidos em sua preambular sobre o cabimento da responsabilização dos requeridos, dos prejuízos causados à autarquia e do seu direito a pleitear regressivamente a indenização, colacionando jurisprudência que diz embasar a sua tese.

Com contra-razões do Réu pela manutenção da decisão singular, vieram os autos à conclusão.

## VOTO

Na tese defendida pela apelante, no que trata da possibilidade do INSS ajuizar a ação regressiva, lhe cabe razão, como se pode ver dos parágrafos transcritos, oriundos de sentença prolatada em processo que trata de assunto de igual teor, que esclarecem sobre o cabimento da ação regressiva, bem como sobre seu embasamento jurídico.

A Constituição Federal previu a responsabilização do empregador em caso de dolo ou culpa, quanto tratou do seguro de acidente do trabalho, no seu art. 7º:

*"Art.7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa."*

No âmbito previdenciário, a regra é a do art. 120 da Lei 8.213/91, redigida nestes termos:

*"Art. 120 - Nos casos de negligência quanto às normas-padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis."*

Aufere-se destes artigos que, além da responsabilidade civil comum, as empregadoras estão sujeitas à responsabilização acidentária, ressarcindo o órgão securitário lesado em caso de culpa ou dolo do empregador. A jurisprudência pacificou-se neste sentido, sendo que o STF consolidou o entendimento na Súmula 229:

*"Súmula 229 - a indenização acidentária não exclui a do direito comum em caso de dolo ou culpa grave do empregador."*

Visa a ação de regresso reduzir o ônus que tem toda a sociedade, financiadora e beneficiária do sistema previdenciário estatal, decorrente do pagamento de benefícios originados nas condutas deficientes das empresas, que desconsideram os cuidados mínimos com as normas de segurança do trabalho. Tal fato é evidenciado pelo elevado índice de acidentes de trabalho em nosso país.

Ora, como se vê do acima transcrito, assiste razão a parte apelante ao afirmar o cabimento da ação regressiva no caso. Quanto a alegação da existência de prova de conduta culposa, tendo o ora apelante direito ao ressarcimento pretendido, porém, não lhe assiste razão, como se pode ver da descrição fornecida pelo juízo a quo em sua bem alinhavada sentença:

"(...)verifica-se que a causa imediata do acidente foi o rompimento do cabo de força da betoneira, sendo que a Engenharia de Segurança do Trabalho não teve condições de afirmar se o acidente poderia ter sido evitado em caso de eficácia das medidas de proteção adotadas pela empresa (fl 08). Também consta do relatório a inexistência de equipamentos de proteção coletiva e a ausência de registro escrito do fornecimento de EPIs. Não restou caracterizado, todavia, que o uso de EPIs evitaria o acidente, uma vez que a atividade executada não submetia os trabalhadores a riscos constantes em razão de eletricidade, sendo esse causado exclusivamente em virtude da operação de deslocamento da betoneira conectada à rede de energia elétrica. Portanto, não restou



comprovado pelo INSS que o acidente que vitimou o trabalhador tenha decorrido de conduta negligente dos Réus, não tendo demonstrado que a utilização de equipamentos de proteção adequados (e quais seriam estes) evitaria o acidente ou evento morte, pelo que não há como aplicar in casu o disposto no art. 120 da Lei nº 8.213/91.(...)"

Ora, pelo que se pode apurar da leitura acurada dos autos é que o fato infortunistico ocorreu de tal forma que o EPI necessário e usado pela vítima não era suficiente para evitá-lo, pois trabalhando na concretagem, os equipamentos necessários eram botas, luvas e capacetes, não dependendo para o trabalho que tinham a realizar de proteção contra choques elétricos e não sendo a mudança da betoneira trabalho rotineiro, não se poderia exigir a referida proteção.

**Não podendo o acidente ser evitado pelos EPIs usados, que eram os necessários aos trabalhos que executavam, é de ser considerado o acidente como caso fortuito, inexistindo relação de causalidade entre o comportamento das Rés e o fato, não podendo então lhes ser atribuída responsabilidade.**

Pelo exposto, nego provimento à apelação, mantendo indene a bem prolatada sentença profligada.

#### **5) APELAÇÃO Cível 2004.72.04.010327-4/SC**

Relator EDGARD ANTÔNIO LIPPMANN JÚNIOR

Decisão

A TURMA, POR UNANIMIDADE, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO INSS E CONHECER EM PARTE DA APELAÇÃO DA RÉ PARA LHE NEGAR PROVIMENTO.

**EMENTA**

ACIDENTE DO TRABALHO. AÇÃO REGRESSIVA DO INSS CONTRA OS EMPREGADORES. ART. 120 DA LEI 8.213/91. OCORRENCIA DE CULPA CONCORRENTE. COMPENSAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA.

Caracterizada a culpa concorrente da vítima, correto o entendimento do julgador em determinar que a empresa-ré arque com apenas metade dos valores despendidos, ficando o restante por conta do próprio INSS, já que se a culpa fosse exclusiva do de cujus, este deveria ser atendido pela seguridade social para a qual contribuía, pois a autarquia é uma entidade de seguros e o risco é da sua natureza, tendo recebido continuamente os valores da contribuição previdenciária para atender à estes riscos.

Do ponto de vista da realidade, o segurado estava prestando serviços para a empresa-ré, que era responsável pela construção do prédio no qual se deu o acidente. Se tivesse sido utilizado um equipamento mais seguro, (Jaú com quatro catracas), exigível em face da precária preparação concedida pela ré ao seu empregado, mesmo com o erro humano ocorrido, o acidente teria sido evitado, já que, com o trancamento do cabo, não teria se dado o descarrilamento.

O art. 23 da Lei 8.906/94 não tem força revogatória sobre o art. 21 do CPC, no que autoriza a compensação das verbas patronais na hipótese de sucumbência recíproca ou proporcional. Pelo contrário, a interpretação mais aceita do novo instituto é a de que inexistente antinomia, atuando os dispositivos legais de forma complementar. Assim, havendo sucumbência recíproca ou proporcional, procede-se à compensação nos termos prescritos pela sentença. Mantida a multa moratória diária, com fulcro no art. 476 e § 4 do CPC.

## RELATÓRIO

Trata-se de ação regressiva de ressarcimento de danos, em que busca o INSS reaver os valores dispendidos em razão de benefícios pagos ao trabalhador Dino Warmwling, em razão de acidente de trabalho ocorrido alegadamente por negligência da empresa que não atendeu à normas de segurança e higiene do trabalho.

O juiz sentenciante julgou parcialmente procedente o pedido, condenando a ré ao pagamento de metade dos valores suportados pelo INSS em razão da concessão de pensão por morte, metade da renda mensal do benefício e a constituição de capital que assegure o cumprimento da obrigação. Honorários fixados em 10% do valor das parcelas vencidas até a data da sentença, distribuídas no percentual de 40% a cargo do INSS e 60% a cargo do réu

Irresignado, apela o INSS, querendo que seja reformado o decisum alegando inaplicável a atenuação da condenação por culpa concorrente da vítima, da culpa exclusiva da ré, buscando o total provimento do pedido.

Também apela a parte autora, argüindo, preliminarmente a ocorrência da prescrição, a ilegitimidade passiva por ser o de cujus empregado do Sr. Nereu João Aguiar e não da empresa apelante, caso assim não entenda, pelo litisconsórcio necessário do Sr Nereu, no mérito, pela inexistência de responsabilidade da apelante pelo ato danoso, fixação dos honorários sobre as parcelas vincendas, contra a compensação de honorários e querendo a exclusão da multa diária.

## VOTO

Tratando inicialmente da apelação do INSS, no que alega inaplicável a atenuação da condenação face a ocorrência de culpa concorrente da vítima não lhe assiste razão, pois como se pode ver do trazido nos presentes autos, a

vítima era o mestre de obras, responsável por fazer seguir as regras atinentes à segurança do trabalho, tendo este descumprimento ocorrido deu-se cedo pela manhã, quando não se esperava nem se exigia que estivesse o sócio gerente da empresa, que poderia conferir o cumprimento adequado das normas.

**Caracterizada a culpa concorrente da vítima, correto o entendimento do julgador em determinar que a empresa-ré arque com apenas metade dos valores despendidos, ficando o restante por conta do próprio INSS, já que se a culpa fosse exclusiva do de cujus, este deveria ser atendido pela seguridade social para a qual contribuía, pois a autarquia é uma entidade de seguros e o risco é da sua natureza, tendo recebido continuamente os valores da contribuição previdenciária para atender à estes riscos.**

Quanto à irresignação da parte autora, preliminarmente, **quanto à prescrição**, como já trazido na sentença atacada, o fato tido como ilícito deu-se em 03.04.2001. E, **tratando-se de demanda de cunho indenizatório, aplicando-se o disposto no artigo 179 c/c artigo 177 do Código Civil de 1916, em face de seu cunho pessoal, o prazo prescricional seria vintenário.** Portanto, inócurre a prescrição.

Quanto à ilegitimidade passiva por ser a vítima empregado do Sr. Nereu, novamente não lhe assiste razão, pois do ponto de vista da realidade, o segurado estava prestando serviços para a empresa-ré, que era responsável pela construção do prédio no qual se deu o acidente. Além do mais, o próprio Jaú onde ocorreu o acidente, bem como os cabos que o sustentavam, foram comprados pela ré.

Quanto ao litisconsórcio necessário do Sr. Nereu João Aguiar, não tendo assunto decidido na sentença atacada, descabe sua ventilação em sede de recurso, razão pela qual não conheço desta parte do recurso.

Quanto à alegada inocorrência de responsabilidade da empresa ré quanto ao acidente, não há o que acrescentar ao decidido, razão pela qual transcrevo excerto da sentença que utilizo como razão de decidir:

“A culpa da empresa ré centra-se nos seguintes pilares: a) na culpa in eligendo da empresa-ré; na culpa direta da empresa decorrente da falta de treinamento concedida ao operador do jaú, que se potencializou em face da inadequação do equipamento empregado, vista no caso concreto. O descarrilamento do cabo, que gerou a queda do segurado do jaú, teve como causa a operação que era realizada pelo empregado da ré, José Manoel Jacinto, que não tinha nenhum treinamento específico para operar o jaú. Dependia de sua atuação manual o funcionamento do jaú, no que dizia ao seu lado, que foi no qual se deu a queda. Com efeito, se a empresa alega que não havia nenhum equívoco mecânico no próprio jaú, só resta, como causa para o descarrilamento, a ocorrência de erro humano, que, aliás, foi aventado nos depoimentos colhidos (ver, v.g., depoimento de Francisco de Assis Luciano)” .

E essa hipótese resta confirmada quando não existem, propriamente, elementos que apontem para algum erro mecânico.

E, tratando-se de ato culposo cometido por empregado seu, a empresa é responsável pela reparação civil decorrente do dano ocorrido, ex vi do disposto no artigo 1.521 do Código Civil de 1916, (...) Nesse contexto, o erro perpetrado no manuseio do jaú é imputável à empresa devido ao ato culposo cometido por seu empregado/preposto, José Manoel Jacinto.

Já a culpa direta da empresa decorre da concomitante falta de treinamento dada ao referido empregado com a inadequação do equipamento empregado diante disso.

Segundo se observa do laudo feito pela polícia civil (fls. 77-81), o jaú tinha duas catracas, uma de cada lado:

'5 - O jaú é movido manualmente por duas catracas (instaladas nas duas pontas), cada catraca há duas travas; ao baixá-lo ou erguê-los tem de acionar

uma trava de cada vez, isto é, soltando-se primeiro uma trava da esquerda ou da direita e deixando-se a outra travada.

6 - Constatou-se que as travas, que acionam a catraca da esquerda, encontravam-se fora dos dentes da engrenagem da citada catraca... quando devia estar funcionando normalmente...

7 - O referido jaú estava mais alto que os outros dois do sexto andar, pois segundo o informante tinham colocado um marco de madeira do ar condicionado no sexto andar no dia anterior...

8 - Via-se que os cintos de segurança encontravam-se pendurados na abertura da janela do sexto andar...'

Ademais, segundo informou o Técnico do Ministério do Trabalho, '...hoje, o que existe, existe duas catracas de cada lado, duas. Lá existia uma catraca só. Então, o que ocorre, se você tem duas catracas, se arrebenta um daquilo, ou descarrila uma só, ele não vai cair. Ali, no caso, como tinha duas, uma de cada lado, foi o que ocorreu' (fl. 165). Ademais, o próprio operador do jaú, José Manoel Jacinto, informou que havia, de fato, apenas uma catraca em cada lado (fl. 166), dizendo, ainda, que os outros jaús tinham quatro catracas, duas de cada lado(fl. 167).

(...)

De fato, um jaú com quatro catracas, ao contrário do de duas, impediria o descarrilamento por si só, trancando o cabo. Assim, se tivesse sido utilizado um equipamento mais seguro, com quatro catracas (como, após o acidente, passou a ré a fazer uso), exigível em face da precária preparação concedida pela ré ao empregado José Manuel Jacinto, mesmo com o erro humano ocorrido, o acidente teria sido evitado, já que, com o trancamento do cabo, não teria se dado o descarrilamento.

Nesse contexto, o equipamento utilizado, que não era o mais seguro para o serviço, em face do despreparo do operador, representou ser de emprego absolutamente inadequado, uma vez que não tinha e não teve condições de per

si de evitar o descarrilamento, o que ocorreria se, dadas as circunstâncias do caso, tivesse sido usado o jaú de quatro catracas."

Melhor sorte não assiste ao apelo em relação à verba honorária, pois não desconhece este Julgador as modificações que o novo Estatuto da Advocacia efetuou na forma de se atribuir o ônus de sucumbência. Todavia, devo discordar da tese de que o art. 23 da Lei 8.906/94 ("os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor") teria força revogatória sobre o art. 21 do CPC, no que autoriza a compensação de verbas patronais na hipótese de sucumbência recíproca ou proporcional. Pelo contrário, a interpretação mais aceita do novo instituto é a de que inexistente antinomia, atuando os dispositivos legais de forma complementar. Assim, havendo sucumbência recíproca ou proporcional, procede-se à compensação nos termos prescritos pela sentença.

Sobre o assunto, colaciono parte do voto do ministro Barros Monteiro, em decisão no Resp 328355/RS, do qual foi relator:

(...) Conforme se pronunciou o Ministro Ruy Rosado de Aguiar quando do julgamento do Resp nº 149147/RS, de sua relatoria, "nada impede ao juiz de considerar, na distribuição do ônus de sucumbência, o direito de cada parte e o êxito obtido na demanda, fazendo compensação com as verbas honorárias que tocam a cada um dos seus advogados. Como resultado disso exsurge o direito autônomo do advogado de cobrar o que lhe coube na forma do art. 23 do Estatuto da OAB. Os direitos que são compostos pelo juiz ao julgar a lide são os das partes, - entre eles o de que a remuneração do seu patrono seja paga pelo vencido - podendo fazer as devidas compensações. Resultando uma delas condenada em honorários, estes pertencem ao advogado que tem direito autônomo para executar a sentença".

Na mesma assentada, o Sr Ministro Cesar Asfor Rocha ressaltou que "o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil em nada alterou o sistema de sucumbência previsto no Código de Processo Civil, apenas reconheceu explicitamente o direito autônomo do advogado aos honorários sucumbenciais,

que poderão resultar de uma compensação a ser feita quando a parte for parcialmente vencedora".

De igual teor enumeram-se outros julgados: Resp's nºs 234.676-RS, relator Ministro Cesar Asfor Rocha; 133.790-MG, relator Ministro Ruy Rosado de Aguiar; e 151.093-RS, por mim relatado. (...)"

Nesta linha de raciocínio, nego, neste ponto, provimento à apelação.

Pelo exposto, nego provimento à apelação do INSS e conheço em parte da apelação da ré para lhe negar provimento, nos termos da fundamentação.



Elaborei uma pesquisa exaustiva em todos TRF's<sup>21</sup> para poder passar dados reais. No **TRF 1ª REGIÃO** encontrei **5 AÇÕES REGRESSIVAS**, sendo 3 positivas para o INSS e 2 negativas; no **TRF 3ª REGIÃO** encontrei **1 AÇÃO REGRESSIVA** julgada procedente; no **TRF 4ª REGIÃO** encontrei **16 AÇÕES REGRESSIVAS**, 11 positivas, 4 negativas e uma julgada parcialmente em favor do INSS devido a culpa concorrente. Ao total, localizei 22 Ações: 15 positivas, 6 negativas e 1 culpa concorrente.

**TRF 1ª REGIÃO – 5 AÇÕES**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.006757-4/MG

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.38.00.006882-7/MG

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.38.00.021910-0/MG

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.01.00.069642-0/MG

REMESSA EX OFFICIO Nº 1999.01.00.072169-7/MG

**TRF 3ª REGIÃO – 1 AÇÃO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1996.0039329-0

**TRF 4ª REGIÃO – 16 AÇÕES**

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO CÍVEL 2003.71.04.001386-2

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2004.72.04.010327-4

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.71.00.006890-1/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.04.01.023654-8/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.04.01.064226-6/SC

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.72.02.000687-7/SC

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.04.01.041613-8/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.04.01.106807-3/SC

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2000.72.02.000688-9/SC

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2003.71.04.001386-2/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.71.08.002874-0/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.04.01.023654-8/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 2001.04.01.041613-8/RS

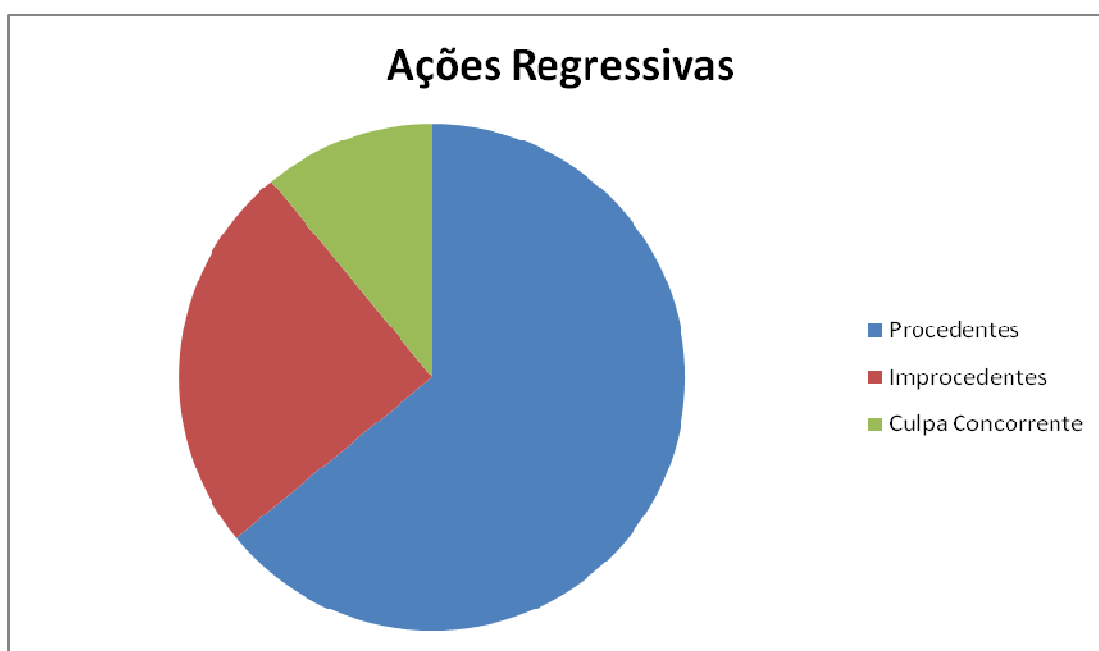
APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.04.01.023654-8/RS

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1999.04.01.000914-7/SC

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1998.04.01.018452-4/SC

---

<sup>21</sup> Tribunal Regional Federal.



Esses dados demonstram que o INSS vem fazendo uso, de forma intensa e organizada, o dispositivo legal disponível desde 1991 até então subutilizado. Neste sentido, a Autarquia Previdenciária intensificou a propositura de ações judiciais de modo a que as empresas arquem com os valores pagos com os benefícios por incapacidade laboral assim como relativamente à pensão por morte decorrente de acidentes do trabalho por negligência da empresa.

### **3.3 Conclusão**

A ação regressiva é um instrumento que pode trazer retornar aos cofres públicos as verbas despendidas com a concessão de benefícios por incapacidade, por culpa do empregador face ao descumprimento das normas afetas ao bom e seguro ambiente de trabalho, bem como inculcar nas empresas os riscos do descuido consciente acerca da segurança no trabalho.

Em época em que a Previdência Social atravessa período de grave escassez financeira, a utilização da via jurídica da ação regressiva se faz mais do que necessária. Tal instrumento, que foi tão pouco usado desde a sua criação, precisa sair mais da letra seca da lei e cumprir o seu papel. Nada obstante ao quantitativo, todavia incipiente, sobejam as decisões judiciais favoráveis ao INSS sob a fundamentação legal, constitucional e jurisprudencial.

Além de amenizar o dispêndio dos recursos previdenciários, causados pela negligência às regras de segurança do trabalho, a ação regressiva é, sem dúvida, uma medida desestimuladora do descumprimento dessas normas e, sobretudo, um mecanismo indireto de viés pedagógico na medida em que, ademais de fomentar a proteção à vida humana por coibir o vilipêndio do bem-estar físico e psíquico do trabalhador, imputa gravame econômico ao empregador negligente das obrigações patronais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito da Seguridade Social*. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 536 p.

TAVARES, Marcelo Leonardo. *Direito Previdenciário*. 8ª ed. São Paulo: Lumen Júris, 2006. 624 p.

PULINO, Daniel. *Acidente do Trabalho: Ação Regressiva contra as empresas negligentes quanto à segurança e higiene do Trabalho*. Revista da Previdência Social. Rio de Janeiro, n. 182, p. 06 – 16, jan. 1996.

MARQUES, Sérgio Luís. *Ação regressiva e o INSS*. Revista da Previdência Social. Rio de Janeiro, n. 187, p. 08 – 15, jun. 1996.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de Direito Previdenciário*. 3.ª ed. São Paulo: LTR, 2002. p. 435.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *Comentários à Lei Básica da Previdência Social*, Tomo II. 4ª ed. São Paulo: LTR, 2003. p. 482.

MARQUES, Sérgio Luís. *Ação regressiva e o INSS*. Revista da Previdência Social. Rio de Janeiro, n. 187, p. 08 – 15, jun. 1996.

## ANEXO



**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO  
SOCIAL

**COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO  
TRABALHO – CAT**

1- Emitente

1- Empregador 2- Sindicato 3- Médico 4- Segurado ou dependente  
5- Autoridade pública

2- Tipo de CAT

1- Inicial 2- Reabertura 3- Comunicação de Óbito  
em:

**I - EMITENTE**

**Empregador**

3- Razão Social /Nome

4- Tipo  1- CGC/CNPJ 2- CEI 3- CPF

4-NIT

5- CNAE

6- Endereço - Rua/Av.

Complemento (continuação)

Bairro

CEP

7- Município

8-UF

9- Telefone

**Acidentado**

10- Nome

11- Nome da mãe

12- Data de nasc.

13- Sexo

1- Masc. 3- Fem.

14- Estado civil

1- Solteiro 2- Casado  
3- Viúvo  
4- Sep. judic. 5- Outro  
6 - Ignorado

15- CTPS- Nº /Série/ Data de emissão

16- UF

17- Remuneração Mensal

18- Carteira de Indentidade

Data de emissão

Orgão Expedidor

19- UF

20- PIS/PASEP/NIT

21- Endereço - Rua/Av/

Bairro

CEP

22- Município

23- UF

24- Telefone

25- Nome da ocupação

26- CBO

[consulte CBO](#)

27- Filiação à Previdência Social   
1- Empregado 2- Tra. avulso 7- Seg. especial  
8- Médico residente

28-

Aposentado?  
1- sim 2- não

29-Áreas   
1- Urbana 2- Rural

**Acidente ou Doença**

30- Data do acidente <input type="text"/>	31- Hora do acidente <input type="text"/>	32- Após quantas horas de trabalho? <input type="text"/>	33- tipo <input type="checkbox"/> 1-Típico 2- Doença 3- Trajeto	34- Houve afastamento? <input type="checkbox"/> 1-sim 2-não
35- Último dia trabalhado <input type="text"/>	36- Local do acidente <input type="text"/>	37 - Especificação do local do acidente <input type="text"/>	38- CGC/CNPJ <input type="text"/>	39- UF <input type="text"/>
40- Município do local do acidente <input type="text"/>	41- Parte(s) do corpo atingida(s) <input type="text"/>		42- Agente causador <input type="text"/>	
43- Descrição da situação geradora do acidente ou doença <input type="text"/> <input type="text"/>			44- Houve registro policial ? <input type="checkbox"/> 1- sim 2- não	
			45- Houve morte ? <input type="checkbox"/> 1- sim 2- não	
<b>Testemunhas</b>				
46- Nome <input type="text"/>				
47- Endereço - Rua/Av/nº/comp. <input type="text"/>				
Bairro <input type="text"/>	CEP <input type="text"/>	48- Município <input type="text"/>	49- UF <input type="text"/>	Telefone <input type="text"/>
50- Nome <input type="text"/>				
51- Endereço - Rua/Av/nº/comp. <input type="text"/>				
Bairro <input type="text"/>	CEP <input type="text"/>	52- Município <input type="text"/>	53- UF <input type="text"/>	Telefone <input type="text"/>
Local e data <input type="text"/>				
Assinatura e carimbo do emitente <input type="text"/>				
<b>II - ATESTADO MÉDICO</b> Deve ser preenchido por profissional médico.				
<b>Atendimento</b>				
54- Unidade de atendimento médico <input type="text"/>			55- Data <input type="text"/>	56- Hora <input type="text"/>
57- Houve internação? <input type="checkbox"/> 1-sim 2- não	58- Duração provável do tratamento <input type="text"/> dias	59- Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento? <input type="checkbox"/> 1-sim 2-não		
<b>Lesão</b>				
60- Descrição e natureza da lesão <input type="text"/> <input type="text"/>				
<b>Diagnóstico</b>				
61- Diagnóstico provável <input type="text"/>			62- CID-10 <input type="text"/>	

63- Observações:			
<div></div>			
<div></div>			
<div></div>			
<div></div>			
Local e data			
<div></div>			
Assinatura e carimbo do médico com CRM			
<b>III - INSS</b>			
64- Recebida em	65- Código da Unidade	66- Número do CAT	Notas: <b>1-</b> A inexactidão das declarações desta comunicação implicará nas sanções previstas nos artigos. 171 e 299 do Código Penal.  <b>2-</b> A comunicação de acidente do trabalho deverá ser feita até o 1º dia útil após o acidente, sob pena de multa, na forma prevista no art. 22 da Lei nº 8.213/91.
<div></div>	<div></div>	<div></div>	
67- Matrícula do servidor			
<div></div>			
Matricula			Assinatura do servidor
<b>A COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE É OBRIGATÓRIA, MESMO NO CASO EM QUE NÃO HAJA AFASTAMENTO DO TRABALHO</b>			

Notícias do site da AGU – Advocacia Geral da União - [www.agu.gov.br](http://www.agu.gov.br)

### **Empresa terá que restituir R\$ 54 mil aos cofres da Previdência Social por descumprir normas de segurança do trabalho**

A Procuradoria Seccional Federal (PSF) de Londrina, representando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), moveu uma ação regressiva de indenização na Seção Judiciária do Paraná para cobrar R\$ 54 mil reais de empresa que não cumpriu normas de segurança do trabalho.

A ação visa obter ressarcimento ao INSS, pelos valores já pagos e a vencer, da pensão por morte concedida aos dependentes de Fernando Koltun, segurado falecido em acidente de trabalho, por negligência quanto ao cumprimento das normas de segurança do trabalho pela empresa em que trabalhava.

No dia 13/03/05, Fernando Koltun, empregado da empresa Televisão Cidade Ltda, operava um holofote portátil de iluminação quando houve uma fuga de energia elétrica do interruptor para o protetor metálico da lâmpada. O tripé metálico no qual ele se encontrava montado foi atingido pela forte corrente elétrica e ele morreu por eletroplessão. A empresa cobria um evento na boate Fashion Club, em Londrina (PR).

Pela ocorrência do fato, o INSS concedeu o benefício de pensão por morte aos dependentes do segurado falecido. Porém, depois que o pagamento havia sido efetivado, verificou-se que a morte teria ocorrido por falta de cumprimento, pela empregadora, de normas-padrão de segurança e higiene do trabalho. Por esse motivo, o dinheiro pago pelo INSS deve ser ressarcido aos cofres da Previdência.

A Procuradoria alegou em seus argumentos que de acordo com a Lei 8.213, artigo 120, nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

A PSF ainda destacou que o inquérito policial, elaborado pelo instituto de criminalística, também indica a culpa da empresa Televisão Cidade Ltda no acidente e demonstra que o falecido operava um equipamento com remendos na fiação, isolamento irregular e parafusos desprotegidos, permitindo a fuga de energia.

Além disso, houve a fundamentação da Procuradoria no artigo 7º da Constituição Federal, inciso XXII, que prevê que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança e inciso XXVII, que diz que o seguro de acidentes de trabalho é a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.



Ainda ressalta que, de acordo com o artigo 157 da Consolidação das Leis do Trabalho, cabe às empresas cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho.

A Procuradoria também observa o artigo 19 da Lei 8.213/91, que dispõe sobre Planos de Benefícios da Previdência Social, e no primeiro parágrafo destaca: a empresa é responsável pela adoção e uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador.

A PSF é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da AGU.

Data da Publicação: 18 de Agosto de 2008

### **Empresa terá que restituir R\$ 370 mil aos cofres da Previdência Social por descumprir normas de segurança do trabalho**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) conseguiu na Justiça condenar a empresa Transportes Bertolini a ressarcir ao instituto R\$ 370 mil, pelo descumprimento de normas de segurança do trabalho. A negligência acabou causando a morte de um funcionário por atropelamento. O valor foi pago pelo INSS à esposa da vítima a título de pensão por morte.

O funcionário, que trabalhava como maquinheiro (aquele que auxilia motoristas nas manobras dos veículos junto à plataforma de carga e descarga) em transporte rodoviário de cargas, foi atropelado e morto enquanto se deslocava de uma área operacional para outra.

A empresa de transportes alegou que o acidente ocorreu por falta de atenção do funcionário no momento do deslocamento. Além disso, a morte, segundo a empresa, teria sido gerada por acidente de trânsito e não de trabalho, pois o funcionário não estava executando a sua função naquele momento.

A Procuradoria argumentou que a empresa estava descumprindo procedimentos de segurança. De acordo com a fiscalização, várias causas contribuíram para o acidente e as principais foram: descumprimento de sinalização de trânsito na área operacional, descumprimento do limite de velocidade (máxima 20 km/h), desorganização no estacionamento de caminhões e carretas, falta de monitoramento contínuo e dos procedimentos de segurança na área operacional.

Diante da insegurança verificada, a empresa foi notificada pela Diretoria Regional do Trabalho (DRT) do estado a cumprir algumas exigências. A DRT ressaltou que o acidente poderia ser evitado se a empresa tivesse adotado medidas de proteção exigidas pelas normas de segurança do trabalho.

A PFE afirmou que, de acordo com depoimentos de pessoas que estavam no local, o funcionário estava se deslocando de uma plataforma para

outra enquanto cumpria ordens de serviço e, portanto, o acidente é considerado trabalhista. A empresa não possuía meios necessários para fiscalizar, monitorar e fazer cumprir as normas relativas da segurança do trabalho dentro de suas dependências.

A ação contra a empresa foi proposta com base na Lei 8.213/91. Esta norma estabelece que, nos casos de negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis. A empresa condenada é obrigada por lei a ressarcir o INSS por todos os benefícios já pagos e responsabilizar-se pelas pensões futuras.

A PFE contou com a parceria da Superintendência Regional do Trabalho no Estado do Amazonas para realizar os laudos necessários para conseguir a decisão.

A PFE INSS é uma unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.

Data da Publicação: 22 de Agosto de 2008

### **Procuradorias entram com ação para cobrar R\$ 46 mil ao Banco Mercantil do Brasil por descumprir normas de segurança do trabalho**

A Procuradoria Seccional Federal de Londrina em colaboração com a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) entrou com ação regressiva contra o Banco Mercantil do Brasil por descumprido as normas de segurança e higiene do trabalho. A ação cobra R\$ 46 mil, que deverão ser restituídos à Previdência.

Trata-se do ressarcimento de valores já pagos pelo INSS a título de auxílio-doença ao funcionário Rogério Miguel Sanches. Ele sofreu de problemas nas costas e no pescoço devido às péssimas condições no trabalho.

Sanches exercia a função de caixa e, após um ano, começou a apresentar problemas de saúde. Depois de quatro anos, por recomendação médica, foi afastado do cargo. Nesse mesmo ano, 2004, ele começaria a receber auxílio-doença do INSS. Mas não concordou e exigiu, por meio de reclamação trabalhista, o recebimento de auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho.

A Procuradoria destacou em seus argumentos a Lei 8.213/91, artigo 120, que diz que nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

Ainda ressaltou que o segurado trabalha praticamente em pé, pois dispõe de uma cadeira de espaldar curto e sem apoio para os braços. A

ventilação do imóvel é imprópria, já que o ambiente dispõe de aparelhos de ar condicionado que se interligam com um estacionamento de veículos.

A PSU enfatizou que segundo o laudo elaborado pelo médico que atendeu o segurado, o local de trabalho de Rogério apresentava umidade no ar e iluminação do ambiente abaixo do que estabelece a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa norma descreve parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

Além disso, destacou que não eram realizadas na empresa atividades para melhoria das condições ergonômicas dos trabalhadores: ginástica laboral, rodízio de funções e pausas definidas no trabalho. Também havia no local descaso com as normas de segurança, saúde e higiene do trabalho ao revelarem improvisações que eram submetidas aos trabalhadores, como caixas de papelão embaixo dos monitores e de apoio para os pés.

A Procuradoria destacou os incisos XXII e XXVIII do artigo 7º da Constituição Federal: são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança; e o seguro contra de acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer dolo ou culpa.

A PSU é uma unidade da Procuradoria-Geral da União (PGU), órgão da AGU.

Data da Publicação: 28 de Agosto de 2008

### **Igreja Universal do Reino de Deus terá que ressarcir INSS por não cumprir normas de segurança no trabalho**

A Procuradoria Federal Especializada (PFE) do INSS em Manaus conseguiu na Justiça a condenação da Igreja Universal do Reino de Deus na ação que cobra valores pagos pela autarquia ao segurado Leandro França Parente, a título de auxílios-acidente e doença, em decorrência de acidente de trabalho.

O funcionário trabalhava como servente quando sofreu amputação total de um dedo e parcial de três da mão esquerda ao manusear uma serra elétrica circular de bancada para realizar assentamento de piso de granito.

A Superintendência Regional do Trabalho em Manaus, que elaborou o laudo de investigação, chegou a embargar a obra e autuar a Igreja por 15 vezes, sendo que uma das multas referia-se justamente à insegurança da serra.

Na ação, a Procuradoria acusa a Igreja pela omissão na tomada de medidas de proteção individual e coletiva no ambiente de trabalho, inclusive

relativa à falta de informação e sinalização sobre o risco profissional, além do não fornecimento de equipamentos de segurança e da permissão do uso de equipamentos por trabalhadores não treinados.

A PFE também argumenta que a Igreja não implementou o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT).

A Justiça concordou com os argumentos e condenou a Igreja Universal a pagar todos os gastos do INSS com auxílio-doença e acidente do segurado, no valor de R\$ 9 mil, mais as parcelas a vencer estimadas em R\$ 160 mil.

A ação foi proposta com base na Lei 8.213/91. Esta norma estabelece que, nos casos de negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

A PFE é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 03/09/2008

### **Procuradoria entra com ação regressiva contra empresa que descumpriu normas de segurança no trabalho**

A Procuradoria Federal Especializada (PFE) do INSS no Paraná propôs ação regressiva em face da empresa Comércio e Pinturas de Roco S/A Ltda cobrando o ressarcimento de R\$ 42 mil, pagos pelo Instituto a título de pensão por morte concedida aos dependentes de um segurado falecido em acidente de trabalho na construção civil.

A empresa é acusada de negligência ao cumprimento das normas de segurança do trabalho, e, além dos valores já pagos pelo INSS, deverá se responsabilizar pelas parcelas a vencer. O funcionário fazia serviço de pinturas no telhado de um galpão de sete metros de altura quando pisou em uma telha e sofreu uma queda que levou ao falecimento.

De acordo com o laudo da Delegacia do Trabalho o acidente aconteceu por falta de treinamento do funcionário. Ele utilizava todo o equipamento de proteção, porém o cinto não estava preso no trava-queda, dispositivo essencial para evitar acidentes dessa natureza.

Verificou-se, ainda, que no local não havia técnicos de segurança do trabalho. Uma fiscalização correta teria impedido que o funcionário exercesse as atividades sem prender o cinto de segurança na trava.

A ação foi proposta com base na Lei 8.213/91. Esta norma estabelece que, nos casos de negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis.

A PFE é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 16/09/2008

### **Procuradoria cobra R\$ 15 mil da empresa Ronald Schuwanke-me por descumprir normas de segurança do trabalho**

A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região (PRF4) moveu ação regressiva contra a empresa Ronald Schuwanke-me, pedindo o ressarcimento de R\$ 15 mil gastos em pagamento de auxílio-doença. O benefício foi pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a um trabalhador que teve sete dedos amputados em virtude do mau funcionamento de uma máquina.

O trabalhador Rodrigo do Nascimento Rodrigues, de 22 anos, teve quatro dedos amputados em uma mão e três na outra, em uma prensa de 60 toneladas. O martelo do equipamento desceu involuntariamente e atingiu a mão do operador.

De acordo com o laudo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT/RS) o maquinário local não estava dentro das normas de segurança. Faltavam travas para que o operador ou outra pessoa pudesse parar a máquina em caso de acidente.

A própria empresa já tinha assumido a culpa do acidente causado ao funcionário. O rapaz entrou na Justiça com um pedido de indenização por danos morais e materiais e ganhou da empresa R\$ 149 mil por negligência.

Na ação contra a empresa, o funcionário alegou que avisou que a máquina estava com problemas, mas nada foi feito. Também afirma que não recebeu nenhum tipo de treinamento para operar o maquinário. De acordo com normas de segurança do trabalho, a empresa deve oferecer treinamento para todos os funcionários que forem trabalhar com equipamento que ofereçam riscos.

A ação proposta pela PRU4 baseou-se-se na Lei 8.213/91. A norma estabelece que, nos casos de negligência quanto às normas de segurança e higiene do trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva contra os responsáveis. A empresa condenada é obrigada por lei a ressarcir o INSS por todos os benefícios já pagos e responsabilizar-se pelas pensões futuras.

A PRF4 é uma unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 19/09/2008

### **Ação regressiva do INSS visa coibir as péssimas condições de trabalho nos canaviais em Alagoas**

A Procuradoria Federal Especializada (PFE) junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Alagoas propôs ação regressiva contra a Usina Caeté e a empresa de transportes J.U. Morais de Andrade para assegurar melhores condições de trabalho nos canaviais do Estado. O objetivo é conseguir ressarcimento dos valores pagos pelo Instituto em pensões por morte aos dependentes de trabalhadores do corte da cana.

Em 2004, cerca de 70 trabalhadores rurais do corte da cana sofreram um acidente ao serem transportados de suas casas para o local de trabalho em ônibus pertencente à empresa J.U. Morais, contratada pela Usina Caeté. Na ocasião, faleceram sete trabalhadores rurais. Quando saiu da pista, o ônibus transportava aproximadamente 70 pessoas. O motorista perdeu o controle da direção na curva e caiu num açude no entorno de Maceió (AL). Segundo laudo do instituto de criminalística, o acidente foi ocasionado pela omissão da empresa contratada em relação à manutenção adequada do meio de transporte.

A ação foi proposta com base no artigo 120 da Lei nº 8.213/91, que obriga o ressarcimento do INSS, pelo empregador, quanto ao pagamento das prestações, vencidas e a vencer, dos benefícios previdenciários concedidos em razão de acidente de trabalho.

A PFE Alagoas é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 14/10/2008

### **Ação da Procuradoria condena empresa a ressarcir INSS em R\$ 1,1 milhão**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (PFE/INSS) em Manaus (AM) conseguiu, na Justiça, condenar a empresa Itaotec Philco S/A – Grupo Itaotec Philco a ressarcir a Previdência Social em todos os gastos realizados e futuros com o pagamento da pensão por morte concedida em favor dos dependentes do funcionário Raimundo Benunes Pereira Anaquiri.

O segurado era empregado do Grupo Itaotec Philco e trabalhava como eletricista de manutenção. Em 2002, enquanto realizava atividade de manutenção de luminárias externas em pátio do estabelecimento do Grupo, foi vítima de eletrocussão e faleceu. O funcionário utilizou uma escada de alumínio, para alcançar as luminárias, que tocou a rede elétrica de alta tensão e provocou o choque fatal.

A PFE/INSS alegou que, conforme laudo da Delegacia Regional do Trabalho, a manutenção de luminárias externas da empresa era feita indevidamente com escada de alumínio e não de madeira, como deveria ser. Além disso, o trabalhador não utilizava equipamentos de proteção individual contra choques elétricos e trabalho em altura, pois não eram fornecidos pela empresa.

O laudo demonstrou ainda não haver fiscalização efetiva, por parte da empresa, das normas de segurança exigidas por lei. Tais omissões configuraram negligência em relação à Consolidação das Leis do Trabalho, atualmente classificada como Direito Social na Constituição Federal.

A ação foi ajuizada na 2ª Vara Federal e chegou ao valor total estimado de R\$1,1 milhão, contando as parcelas vencidas, já pagas à família da vítima pelo INSS, e as parcelas a vencer.

A empresa apelou da decisão no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, mas ainda não houve o julgamento do recurso.

A PFE/INSS é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 17/10/2008

### **Empresa deve ressarcir INSS por pagamento de pensão a família de vítima de acidente de trabalho**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Seguro Social (PFE/INSS) conseguiu, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), a restituição dos valores pagos a título de pensão à família de funcionário da empresa Companhia Melhoramentos da Capital (Comcap), que realiza a limpeza de Florianópolis (SC).

O funcionário Adelor da Cunha exercia a função de gari na Comcap. Em 2005, morreu prensado entre um poste e o caminhão em que trabalhava, que andava em marcha a ré. De acordo com a perícia, houve descumprimento das normas de segurança.

A PFE/INSS, então, moveu ação na 1ª Vara Federal de Florianópolis contra a empresa. Em abril desse ano, a Comcap foi condenada ao ressarcimento dos valores já pagos à família do gari. A sentença confirmou que houve negligência do empregador ao não observar a regra que proíbe os garis de ficarem em cima do estribo para orientarem o motorista durante a condução para trás.

Ao analisar o recurso interposto no TRF4 pela Comcap, a 3ª Turma decidiu, por unanimidade, manter a decisão de primeira instância. O processo citou o parecer do Ministério Público Federal (MPF), segundo o qual a

empresa tem o dever de fiscalização e orientação dos seus empregados no cumprimento das normas de segurança do trabalho.

A PFE/INSS é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 22/10/2008

### **Procuradoria cobra de empresas que não seguiram normas de segurança R\$ 1 milhão pagos em pensões**

A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (PFE/INSS), em Passo Fundo (RS), moveu 13 ações para cobrar de empresas valores pagos em pensão por morte, que totalizam quase R\$ 1,1 milhão. Até o final deste ano, serão ajuizadas mais 10 ações regressivas.

Desse total, quatro ações foram julgadas procedentes pela Justiça de primeira instância. Juntas, somam R\$ 703 mil. Ainda aguardam julgamento oito delas e uma foi considerada improcedente. A Procuradoria já apelou junto Tribunal Regional Federal (TRF).

"Além dos valores recuperados, há o efeito preventivo dessas ações no âmbito local, pois as empresas passam a se preocupar mais com a saúde e integridade física de seus trabalhadores, reforçando suas normas de segurança e higiene no trabalho", ressaltou o procurador federal da PFE/ INSS Edvanio Cecon.

Para elaborá-las, a PFE realizou pesquisas nos sites da Justiça Estadual e do Trabalho, com o objetivo de buscar informações judiciais de ressarcimento movidas pelos dependentes dos segurados falecidos. Eles foram, inclusive, contatados pela PFE, por telefone e correio, para saber do andamento dessas ações.

As empresas envolvidas nas ações são as seguintes – Cereais Dall’Olive Ltda; COML Zaffari Ltda; Eletrificador A Sertanense Ltda; Cootrijal Ltda; Barella Móveis Metal Soledade Ltda; Marmoraria Santa Rita Ltda; Cooperativa Tríticola de Erechim Ltda; Onseg Serviços de Vigilância Ltda; Marinês de Vargas e Cia Ltda; Intecnial S.A.; Construtora Bedin Ltda; além do município de Passo Fundo.

Agora, a Procuradoria aguarda informações requeridas à Subdelegacia Regional do Trabalho e Emprego (DRT/RS) de Passo Fundo, para conhecer os casos de acidentes de trabalho fatais e tomar as medidas cabíveis, se for necessário.

A PFE/INSS é uma unidade da Procuradoria-Geral Federal (PGF), órgão da Advocacia-Geral da União (AGU).

Data de publicação 31/10/2008